

1 Contexto operacional

A Lojas Renner S.A. (a "Controladora") tem como atividade principal o comércio no varejo de artigos de vestuários, de artigos de esportes e de outros artigos próprios de lojas de departamentos no mercado nacional. Complementam as atividades da Controladora e de suas controladas (em conjunto a "Companhia" ou "Consolidado"), o comércio varejista de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho, móveis e artigos para decoração, a importação de mercadorias, participação societária em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital, como sócia quotista ou acionista, bem como a administração de bens próprios e a realização de empreendimentos diversos, isoladamente ou em conjunto com outras sociedades, a intermediação de serviços financeiros, tais como intermediação de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros e títulos de capitalização, cartão bandeira, entre outras.

A Controladora é uma sociedade anônima com matriz em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("BM&FBovespa": LREN3).

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras compreendem:

- Demonstrações financeiras individuais da Controladora elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.1; e
- Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia elaboradas e apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.2.

Exceto em relação aos ativos adquiridos via combinação de negócios (nota explicativa nº 11) e por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, as demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (notas explicativas nº 3.4, 3.10 e 3.14).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia apresenta essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 19 de fevereiro de 2014.

2.1 Demonstrações financeiras individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais o valor dos investimentos nas controladas é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais estabelecem a adoção do método de equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, enquanto que para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou valor justo.

2.2 Demonstrações financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e também de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis a seguir apresentadas são igualmente aplicáveis para as demonstrações financeiras da Controladora e do Consolidado. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente para todos os exercícios apresentados.

3.1 Apresentação dos segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de

decisões da Companhia.

O principal tomador de decisões, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das principais decisões estratégicas da Companhia.

3.2 Conversão de moeda

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Controladora e cada uma de suas subsidiárias atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Controladora e de todas as suas controladas, e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

3.3 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as subsidiárias consolidadas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

Venda de mercadorias - varejo

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro ou cartão de crédito, ou por financiamentos concedidos (nota explicativa nº 30).

Vendas de produtos e serviços financeiros

A Companhia realiza operações de crediário próprio, empréstimos pessoais e financiamento de vendas por instituições financeiras, dos quais a Companhia é intermediadora. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos (nota explicativa nº 30).

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.4 Ativos financeiros não derivativos

A administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento, em uma das categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, que inclui os instrumentos classificados como "mantidos para negociação" ou "designados a valor justo no momento do reconhecimento inicial" ou ii) empréstimos e recebíveis. A mensuração subsequente de ativos financeiros é feita de acordo com sua classificação em uma das duas categorias.

A seguir, demonstramos o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos financeiros da Companhia, assim como as categorias, de acordo com suas naturezas e finalidades:

Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, as aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata (cujo resgate pode ser realizado em um período inferior a 90 dias da data da aplicação, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estão sujeitos a risco de mudança relevante de valor).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os equivalentes de caixa são classificados na categoria "empréstimos e recebíveis", sendo mensurados, após o reconhecimento inicial, ao valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.

Quaisquer perdas ou ganhos são reconhecidos no resultado.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias, bem como pelos valores de empréstimo pessoal cedido aos seus clientes por instituições financeiras, das quais a Companhia é intermediadora. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são classificadas na categoria "empréstimos e recebíveis", inicialmente reconhecidas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável (nota explicativa nº 6).

A provisão para perdas ao valor de realização é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos. Em relação aos empréstimos pessoais, as provisões para perdas em créditos são constituídas com base na classificação de risco das operações, similar aos critérios de classificação das operações de crédito definidos pelo Banco Central do Brasil.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável (nota explicativa nº 6).

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e alocar a sua receita ou despesa de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros projetados durante a vida estimada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita ou despesa é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos financeiros que não são caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Compensação de instrumentos financeiros

Quando há um direito legalmente aplicável de compensar ativos e passivos financeiros, estes são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial se houver uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

3.5 Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo pré-fixadas foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia, mais risco de crédito, no caso de clientes. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das vendas a prazo foi de 1,83% a.m. (1,9% a.m. em 2012) e reflete, na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua carteira de recebíveis. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das compras a prazo foi de 1,0% a.m. (1,0% a.m. em 2012). Os tributos diferidos não são trazidos ao seu valor presente.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e estoques e sua reversão tem como contrapartida a conta de custo das vendas, pela fruição de prazo no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores nele registrados. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes (nota explicativa nº 6) e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo.

3.6 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa liquidados e relacionados aos pedidos de compras de mercadorias importadas.

3.7 Imobilizado e intangível

São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação de lojas, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens descritas na nota explicativa nº 11. A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas conforme descrito na nota explicativa nº 3.8. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

3.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *ágio*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, exceto o *ágio*, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e cujos valores possam ser estimados com segurança. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

3.10 Passivos financeiros não derivativos

Instrumentos de dívida são classificados de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições do passivo financeiro.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os saldos das contas de empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias e cambiais e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. Os saldos dessas contas são classificados na categoria “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Financiamentos das importações

A Companhia aplica a contabilidade de *fair value option* (passivo mensurado a valor justo por meio do resultado) nas suas operações de financiamento de importações (nota explicativa nº 16). Para proteção do risco cambial associado a estas operações, podem ser utilizadas compras de opções *call* de dólar e contratos de compra de dólar futuro do tipo *Non-Deliverable Forward* (NDF). O saldo de financiamentos das importações (FINIMP) é mensurado no reconhecimento inicial ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no custo.

As variações no valor justo dos derivativos de NDF (“*Non-Deliverable Forward*”) e opções “*Call*”, designados e qualificados como valor justo por meio do resultado (*fair value option*), são registradas na demonstração do resultado, respectivamente, como custo e resultado financeiro.

Contas a pagar de fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (nota explicativa nº 17). O contas a pagar de fornecedores é classificado na categoria "outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado".

3.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente em cada uma das empresas da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos é apresentado líquido nas demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

3.12 Benefícios a administradores, executivos e colaboradores

A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores diversos benefícios usuais de mercado. A fim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e da equipe de colaboradores, a Companhia aprovou um plano de outorga de opções de compra de ações, visando o alinhamento de objetivos da companhia com os dos beneficiários, conforme a seguir descrito:

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações

A Companhia aprovou um plano de opção de compra de ações para administradores e empregados, ofertando a eles a possibilidade de adquirir ações da companhia na forma e condições descritas no plano. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de *Black&Scholes*. Este modelo utiliza premissas como o valor de mercado da ação na data da outorga, o preço de exercício da opção, a volatilidade do preço das ações da Companhia, a taxa de juros livre de risco e o prazo de vigência do contrato "*vesting period*". A despesa é registrada em uma base "*pro rata temporis*", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa cujas premissas principais para o reconhecimento do pagamento estão relacionadas ao atingimento de metas de vendas, resultado operacional, cartões ativados, entre outras.

3.13 Distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto da Companhia e a legislação societária preveem que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do exercício.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.14 Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos ao seu valor justo na data em que são contratados e são posteriormente remensurados a valor justo no encerramento do exercício. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como: *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia documenta, no início de cada operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos utilizados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação dos fluxos de caixa dos itens protegidos.

O passivo a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos está divulgado na nota explicativa nº 23. As movimentações nos valores de *hedge* de fluxo de caixa estão apresentadas nas "Demonstrações dos resultados abrangentes". O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa para se proteger contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos. Nessas operações são utilizadas compras a termo de moeda ("Non-Deliverable Forward").

A parcela efetiva da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, e não liquidada, é reconhecida no patrimônio líquido como "Ajustes de avaliação patrimonial". Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual o derivativo foi contratado. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no custo dos produtos vendidos, no caso dos estoques, ou na depreciação no caso de bens do ativo imobilizado.

3.15 Operações com arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais (nota explicativa nº 34).

Os contratos de arrendamento mercantil de bens destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas são classificados como *leasing* financeiro sempre que os termos do contrato transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

Para contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no balanço, pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, um ativo imobilizado/intangível e um passivo de financiamento, sendo os ativos submetidos à depreciação/amortização durante a vida útil econômica do ativo (notas explicativas nº 11 e nº 14) ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

As parcelas pagas do arrendamento mercantil financeiro são alocadas, parte no passivo e a parte referente aos encargos financeiros no resultado. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do contrato.

3.16 Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras, tanto em IFRS quanto em BRGAAP, requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

A Administração avalia como práticas contábeis críticas aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e que, também, requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tem impacto sobre questões que são inerentemente incertas. Esses julgamentos tornam-se mais subjetivos e complexos à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso normal da operação, a demonstração de sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamento quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil de seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas referem-se às provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativa nº 18), provisão para perdas em crédito (nota explicativa nº 6), determinação da taxa de desconto aplicada nos ajustes a valor presente (nota explicativa nº 6 e nº 17), determinação do valor justo das opções de compra de ações (nota explicativa nº 27), determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 23), provisão para perdas em estoque (nota explicativa nº 8), estimativa de realização do imposto de renda diferido ativo (nota explicativa nº 9), determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível (nota explicativa nº 11), e avaliação de impairment de ativos intangíveis com vida útil indeterminada (nota explicativa nº 12).

A Companhia obteve enquadramento no Programa Pró-Emprego, do Estado de Santa Catarina, em contrapartida a investimentos realizados no seu centro de distribuição localizado no município de Palhoça. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora a legislação que sustentou originalmente a concessão dos incentivos à Companhia já tenha sido revogada, o que praticamente elimina o risco de ser proferida decisão STF sobre o Programa Pró-Emprego, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

A Companhia realizou um diagnóstico das disposições contidas na MP 627 e na IN 1397. No estudo, foram avaliadas as disposições introduzidas, bem como avaliadas as providências para cada disposição à qual a Companhia estará sujeita. Importante destacar que as disposições contidas na MP 627 são vigentes a partir de 2015, salvo no caso de opção antecipada. A opção antecipada elimina alguns riscos de contingências fiscais, em especial no que tange à dedutibilidade dos Juros Sobre o Capital Próprio e à isenção de Imposto Sobre a Renda sobre Dividendos, ambos pagos com base no lucro societário, em detrimento do lucro fiscal. A Companhia mensurou os potenciais efeitos da não opção antecipada e entende que os mesmos não são significativos. Dado a inexistência de regulamentação até o presente momento, a Companhia aguardará a conversão em lei da MP 627 para definir seu posicionamento.

3.17 Práticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras consolidadas

Controladas e princípios de consolidação

Controladas são todas as entidades controladas direta e indiretamente pela Companhia. Considera-se existir controle quando a Lojas Renner detém, direta e indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou poder de determinar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, a fim de obter benefícios de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

As operações entre as controladas da Companhia, incluindo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, foram eliminados. As práticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as práticas contábeis adotadas pela Controladora.

Em 31 de dezembro de 2013 as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as seguintes empresas controladas:

Empresas	País sede	31/12/2013		31/12/2012	
		% Participação direto	% Participação indireto	% Participação direto	% Participação indireto
Dromegon Participações Ltda. ("Dromegon")	Brasil	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("RACC")	Brasil	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado")	Brasil	99,999%	0,001%	99,999%	0,001%
(*) Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. ("Youcom")	Brasil	99,99%	0,01%	-	-

(*) Em 2013, a Companhia constituiu capital na empresa Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. (detentora da marca "Youcom") através de aumento de capital. A Companhia possui participação direta no capital da Youcom.

3.18 Práticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras individuais da Controladora

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes às adotadas pela Controladora.

3.19 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas Demonstrações Financeiras Individuais e como informação suplementar às Demonstrações Financeiras Consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme os IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis que servem de base de preparação para as Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

4 Normas, alterações e interpretações de normas

Seguem as novas normas, alterações e interpretações de normas que foram emitidas e/ou revisadas pelo IASB e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o período iniciado em 01 de janeiro de 2013. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações.

4.1 Normas, interpretações e revisões de normas vigentes

- *IAS 19 - Benefícios a Empregados* - Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma *IAS 19*. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As modificações exigem a impossibilidade da utilização do "método corredor". Adicionalmente, as modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. As alterações desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia, em virtude de não possuir plano de previdência privada.

- *IAS 28 - Negócios em conjunto (Investments in Associates and Joint Venture)* - Em maio de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma *IAS 28*. A alteração da norma aborda aspectos relacionados à contabilização de investimentos em negócios em conjunto e estabelece os requerimentos para aplicação do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. As alterações desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia, em virtude de não apresentar operações em negócio conjunto.

- *IFRS 7 - Divulgações: Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros* - Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma *IFRS 7*. A alteração desta norma aborda aspectos de divulgação relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros incluindo direitos e avaliação dos efeitos desta. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2013. As alterações desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

- *IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"* apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. As alterações desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

- *IFRS 11 - "Negócios em Conjunto"*, emitido em maio de 2011. A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. As alterações desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia, considerando a sua atual estrutura de consolidação.

- *IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades"*, trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. As aplicabilidades desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia (vide notas explicativas nº 3.17 e nº 10).

- *IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo"*, emitido em maio de 2011. O objetivo do *IFRS 13* é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor

justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. As aplicabilidades desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

4.2 Normas, interpretações e revisões de normas não vigentes

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IAS 32 – Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros (*Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities – Amendments to IAS 32*). Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando o impacto das alterações na norma IAS 32.

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015, mas está disponível para adoção prévia. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma IFRS 9.

- IFRIC 21 – "Taxas", emitido em maio de 2013. Essa interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Essa interpretação de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2014. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma IFRIC 21.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades da Companhia só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de *rating* classificadas como Grau de Investimento. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia mantinha suas aplicações financeiras com as seguintes instituições: Banco Bradesco S.A., HSBC Bank Brasil S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A e Banco Itaú BBA S.A., conforme tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	56.849	51.143	64.436	53.856
CDB (a)	299.276	211.002	301.723	211.002
Operações compromissadas lastreadas em debêntures (b)	421.318	287.683	423.383	312.245
Aplicações financeiras LFTN – FIDC	-	-	-	31.268
Aplicações financeiras LFT Over – FIDC	-	-	-	58.824
Aplicações FIDC curto prazo	-	16.982	-	-
Fundo de investimento – BACEN Jude (c)	114	101	114	101
CDB (d)	11.529	15.083	11.936	15.974
Total	789.086	581.994	801.592	683.270

(a) Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 100,93% na Controladora e no Consolidado (100,8% em 31 de dezembro de 2012 na Controladora e Consolidado).

(b) Operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de um título com o compromisso por parte do vendedor (banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro, cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 101,36% na Controladora e no Consolidado (101,4% na Controladora e 100,4% no Consolidado em 31 de dezembro de 2012).

(c) Fundo de investimento criado para as retenções judiciais feitas pelo BACEN, quando necessárias, apresentou rendimento anual médio de 48,29% do CDI na Controladora e no Consolidado (41,8% na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2012) sendo lastreadas 100% em Letras Financeiras do Tesouro, líquido da taxa de administração.

(d) Certificados de Depósitos Bancários (CDB) relacionados a aplicações automáticas (Produto Aplic AUT Itaú), cujo rendimento médio é de 20% da variação do CDI (20% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2012).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 23.1.1.

6 Contas a receber de clientes**Cartão de crédito Renner****A vencer**

	31/12/2013	31/12/2012
A vencer de 1 a 30 dias	175.781	156.869
A vencer de 31 a 60 dias	225.465	197.807
A vencer de 61 a 90 dias	181.300	158.118
A vencer de 91 a 120 dias	136.431	119.405
A vencer de 121 a 150 dias	108.243	93.422
A vencer de 151 a 180 dias	66.052	57.032
A vencer acima de 180 dias	68.933	63.350

Vencidos

Vencidos de 1 a 30 dias	46.605	41.090
Vencidos de 31 a 60 dias	19.742	17.092
Vencidos de 61 a 90 dias	15.479	13.751
Vencidos de 91 a 180 dias	44.915	39.252

1.088.946	957.188
------------------	----------------

Menos:

Ajuste a valor presente	(27.166)	(24.608)
Provisão para perdas em crédito – Varejo	(55.832)	(52.071)
Contas a receber – FIDC Lojas Renner	-	(430.185)
Rendas a apropriar - títulos cedidos – FIDC Lojas Renner	-	(36.539)
Posições com saldo credor	(933)	(558)

Total cartão de crédito Renner

1.005.015	413.227
------------------	----------------

Administradoras de cartões de terceiros

A vencer de 1 a 30 dias	139.185	137.075
A vencer de 31 a 60 dias	77.337	62.157
A vencer acima de 60 dias	41.697	34.489
Ajuste a valor presente cartões de Terceiros	(14.444)	(13.388)

Total administradoras de cartões de terceiros

243.775	220.333
----------------	----------------

Empréstimo pessoal

Comissões e operações a receber	36.228	29.915
Provisão para perdas em crédito – Empréstimo Pessoal	(22.889)	(18.517)

Total empréstimo pessoal

13.339	11.398
---------------	---------------

Outras contas a receber

6.241	3.442
-------	-------

Total Controladora

1.268.370	648.400
------------------	----------------

Administradoras de cartões de terceiros - Camicado

A vencer de 1 a 30 dias	14.616	13.207
A vencer de 31 a 60 dias	7.635	5.756
A vencer acima de 60 dias	10.875	8.529

Total administradoras de cartões de terceiros - Camicado

33.126	27.492
---------------	---------------

Empréstimo pessoal – RACC

Comissões e operações a receber	106.220	90.811
---------------------------------	---------	--------

Total empréstimo pessoal – RACC

106.220	90.811
----------------	---------------

Cartão bandeira – RACC

A Vencer	149.517	70.405
Vencidos	25.790	20.308
Provisão para perdas em crédito – Cartão bandeira	(6.170)	(5.242)
Valores a Repassar Lojas Renner S.A.	(6.186)	(3.060)

Total cartão bandeira – RACC

162.951	82.411
----------------	---------------

Outras contas a receber

Contas a receber – FIDC Lojas Renner	-	430.185
Outras	1.776	399

Total outras contas a receber

1.776	430.584
--------------	----------------

Total Consolidado

1.572.443	1.279.698
------------------	------------------

Provisão para Perdas Contas a Receber

As contas a receber vencidas há mais de 180 dias são baixadas do saldo do contas a receber de clientes em contrapartida da provisão para perdas em crédito, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Saldos em 01/01/2012	(-) Provisões/ (+) Reversões	Baixas	Saldos em 31/12/2012	(-) Provisões/ (+) Reversões	Baixas	Saldos em 31/12/2013
Provisão para perdas em crédito – Varejo	(47.283)	(142.559)	137.771	(52.071)	(151.661)	147.900	(55.832)
Provisão para perdas em crédito – Empréstimo Pessoal	(17.718)	(32.317)	31.518	(18.517)	(34.836)	30.464	(22.889)
Total Controladora	(65.001)	(174.876)	169.289	(70.588)	(186.497)	178.364	(78.721)
Provisão para perdas em crédito – Cartão Bandeira	(1.290)	(17.440)	13.488	(5.242)	(32.677)	31.749	(6.170)
Total Consolidado	(66.291)	(192.316)	182.777	(75.830)	(219.174)	210.113	(84.891)

O contas a receber de clientes é ajustado ao seu valor presente pela taxa de juros efetiva na data da transação (nota explicativa nº 3.5), e é reduzido por provisão para redução ao valor de recuperação (nota explicativa nº 3.4).

Os Processos e políticas de crédito em todo ciclo, da iniciação à recuperação, proporcionam segurança na originação e gestão do crédito concedido, gerando baixos índices de perda. No Consolidado, a Companhia possui provisões para riscos de crédito para todos os clientes com créditos vencidos, de acordo com o histórico de perdas em cada faixa de atraso, no montante total de R\$ 84.891, que correspondem a aproximadamente 48,1% do montante total de créditos vencidos. A Companhia, com base no histórico de recuperação das carteiras, nos processos de crédito e cobrança e análise dos indicadores de inadimplência, entende que os restantes 51,9% para os quais não há provisão constituída, serão recebidos no curso normal das operações.

A exposição da Companhia ao risco de crédito está divulgada na nota explicativa nº 23.1.2.

7 Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios

Em dezembro de 2010, foram iniciadas as operações do FIDC Lojas Renner, cujo objeto definido em regulamento é o Investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pela Instrução CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios originados do parcelamento de compras dos clientes da Companhia, por intermédio de crediário sem encargos, de titularidade da Companhia, ou de concessão de financiamentos com encargos, de titularidade do Itaú Unibanco. O FIDC Lojas Renner encerrou as operações em 05 de dezembro de 2013.

A estrutura do patrimônio do FIDC Lojas Renner em 05 de dezembro de 2013, era subdividida em: 3,5 mil quotas “sênior” de titularidade de terceiros, no montante de R\$ 358.929, representativas de 66,96% (R\$ 351.869, representativas de 67,82% em 31 de dezembro de 2012) do patrimônio do FIDC Lojas Renner; e 1,5 mil quotas subordinadas de titularidade da Controladora, no montante de R\$ 177.072. Em 31 de dezembro de 2013, por conta do encerramento do FIDC Lojas Renner, não constam mais saldos em aberto relativo à suas operações, tanto na Controladora como no Consolidado.

O conselho de administração da Lojas Renner S.A. (“Companhia”), em reunião realizada em 11 de novembro de 2013, aprovou a cessão de direitos de crédito de titularidade da Companhia e da Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (“RACC”) a fundo de investimento em direitos creditórios a ser constituído nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada (“Fundo”). Os direitos de crédito que serão cedidos pela Companhia e pela RACC ao Fundo correspondem a parcelas de concessão de crédito para a venda a prazo aos clientes do Cartão Renner. A decisão do Conselho de Administração tem por objetivo dar continuidade à cessão de créditos realizada por ocasião do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Mercadorias para revenda	392.544	361.452	442.577	399.804
Ajuste a valor presente	(9.787)	(9.520)	(9.787)	(9.520)
Provisão para perdas	(14.379)	(10.984)	(15.240)	(12.615)
Mercadorias para revenda, líquido	368.378	340.948	417.550	377.669
Importações em andamento	79.131	69.368	83.769	69.911
Adiantamento a fornecedores	616	-	616	-
Materiais auxiliares e almoxarifado	4.122	5.804	5.055	6.431
Total	452.247	416.120	506.990	454.011

O custo das vendas de mercadorias reconhecido no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 1.738.359 (R\$ 1.525.556 em 31 de dezembro de 2012) na Controladora e R\$ 1.850.807 (R\$ 1.616.412 em 31 de dezembro de 2012) no Consolidado.

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2012	(16.534)	(17.218)
(+) Provisão para Perdas	(17.593)	(18.584)
(-) Perda Efetiva	23.143	23.187
Saldo em 31/12/2012	(10.984)	(12.615)
(+) Provisão para Perdas	(38.927)	(38.660)
(-) Perda Efetiva	35.532	36.035
Saldo em 31/12/2013	(14.379)	(15.240)

9 Imposto de renda e contribuição social e impostos a recuperar

9.1 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos no ativo não circulante são contabilizados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis aos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A realização do valor contábil do ativo fiscal diferido é revisada anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão preliminar da Administração.

Abaixo demonstramos a movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

	Controladora							
	Saldo em 01/01/2012	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Reclassificado dos outros resultados abrangentes para o resultado corrente	Saldo em 31/12/2012	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2013
IR/CS diferidos com relação a:								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.100	1.900	-	-	24.000	2.765	-	26.765
Ajuste a valor presente	15.737	(284)	-	-	15.453	1.235	-	16.688
Provisão para riscos tributários	18.270	5.944	-	-	24.214	(15.124)	-	9.090
Provisão para riscos cív eis e trabalhistas	6.408	(108)	-	-	6.300	(391)	-	5.909
Provisão para perdas de estoque	5.622	(1.887)	-	-	3.735	1.154	-	4.889
Ajuste av aliação patrimonial - hedge	(1.103)	-	371	1.103	371	-	(2.848)	(2.477)
Outras Provisões	3.140	3.045	-	-	6.185	(2.746)	-	3.439
Total	70.174	8.610	371	1.103	80.258	(13.107)	(2.848)	64.303

	Consolidado							
	Saldo em 01/01/2012	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Reclassificado dos outros resultados abrangentes para o resultado corrente	Saldo em 31/12/2012	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2013
IR/CS diferidos com relação a:								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.539	3.243	-	-	25.782	3.081	-	28.863
Ajuste a valor presente	15.737	(284)	-	-	15.453	1.235	-	16.688
Ágio na aquisição de participação societária	14.690	-	-	-	14.690	-	-	14.690
Mais valia de ativos	(13.382)	1.211	-	-	(12.171)	738	-	(11.433)
Provisão para riscos tributários	18.464	6.282	-	-	24.746	(14.945)	-	9.801
Provisão para riscos cív eis e trabalhistas	6.502	(124)	-	-	6.378	(430)	-	5.948
Provisão para perdas de estoque	5.854	(1.565)	-	-	4.289	893	-	5.182
Base negativa e prejuízo fiscal	3.842	4.111	-	-	7.953	6.394	-	14.347
Ajuste av aliação patrimonial - hedge	(1.103)	-	381	1.103	381	-	(2.863)	(2.482)
Outras Provisões	2.703	3.313	-	-	6.016	(2.695)	-	3.321
Total	75.846	16.187	381	1.103	93.517	(5.729)	(2.863)	84.925

9.1.1 Reclassificação benefício fiscal

Em 2013, a Administração da Companhia reavaliou a contabilização do benefício fiscal sobre o ágio gerado na aquisição da Camicado e decidiu por reclassificá-lo para a rubrica do intangível e reconhecê-lo à medida que o benefício fiscal seja utilizado. A reclassificação corresponde ao montante de R\$ 39.670 em 2012, em nada afetando o resultado deste exercício, assim como as principais posições patrimoniais: ativo circulante, ativo não circulante, ativo total, passivo e patrimônio líquido total.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os efeitos dessa reclassificação estão demonstrados abaixo:

Reclassificação	31 de Dezembro de 2012			1º de Janeiro de 2012		
	Original	Reclassificação	Saldo Reclassificado	Original	Reclassificação	Saldo Reclassificado
Imposto de renda e contribuição social diferidos	133.187	(39.670)	93.517	115.516	(39.670)	75.846
Intangível	256.165	39.670	295.835	204.859	39.670	244.529
Total	389.352	-	389.352	320.375	-	320.375

9.2 Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Baseada no histórico de realizações dos ativos e passivos que deram origem ao saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, bem como nas projeções de resultados para os exercícios seguintes, estimamos o seguinte cronograma de realização:

Período	Controladora	Consolidado
2014	56.923	59.372
2015	1.845	3.596
2016	1.845	5.098
2017	1.845	4.274
2018 em diante	1.845	12.585
Total	64.303	84.925

9.3 Análise da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	587.292	511.963	582.714	508.820
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(199.679)	(174.067)	(198.123)	(172.999)
(Adições) exclusões permanentes				
Despesa com plano de opções	(4.467)	(5.483)	(4.467)	(5.483)
Resultado de participações societárias	(1.443)	(769)	-	-
Participação dos administradores	(1.400)	(1.459)	(1.400)	(1.459)
Juros sobre capital próprio	19.685	27.676	19.685	27.676
Incentivos fiscais (PAT)	3.054	3.000	3.054	3.000
Diferenças de IR e CSLL de controladas	-	-	1.527	1.267
Outras (adições) exclusões	4.338	(5.484)	4.366	(5.469)
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	24	24	48	48
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(179.888)	(156.562)	(175.310)	(153.419)
Corrente	(166.781)	(165.172)	(169.581)	(169.606)
Diferido	(13.107)	8.610	(5.729)	16.187

9.4 Incentivos fiscais

A Companhia usufruiu R\$ 8.206 (R\$ 8.250 em 2012) de incentivos fiscais de dedução do imposto de renda, sendo R\$ 730 relativos ao Funcrância (R\$ 750 em 2012), R\$ 730 relativos ao Fundo do Idoso (R\$ 750 em 2012), R\$ 730 referentes a Lei do Esporte (R\$ 750 em 2012), R\$ 3.054 referentes ao Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT) (R\$ 3.000 em 2012) e R\$ 2.962 referentes à Lei Rouanet (R\$ 3.000 em 2012).

9.5 Composição dos impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de Renda e Contribuição Social	30.859	5.756	31.553	5.966
PIS/COFINS	2.981	3.319	3.159	3.401
ICMS	27.662	33.513	33.039	38.143
Outros Impostos a recuperar	1.094	59	1.169	88
Provisão para perda	(546)	-	(546)	-
Ativo circulante	62.050	42.647	68.374	47.598
ICMS - Lei Compl 102	30.799	27.509	31.442	27.805
PIS/COFINS	138	651	139	651
Ativo não circulante	30.937	28.160	31.581	28.456

10 Investimentos

10.1 Movimentação dos investimentos em empresas controladas

	Renner Adm. Cartões de Crédito	Dromegon Participações	Fashion Business Comércio (Youcom) (i)	Renner Empreendimentos	Maxmix Comercial (Camicado)	Ágio s/ mais valia de ativos	Outros	Total
Saldo Inicial em 01/01/2012	20.866	12.903	-	148.269	-	1.540	63	183.641
Resultado de equivalência	5.321	4.960	-	(12.942)	398	-	-	(2.263)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	6	(27)	-	-	(21)
Aumento de capital	-	2.357	-	54.950	21.014	-	-	78.321
Dividendos / JSCP	-	(9.820)	-	-	-	-	-	(9.820)
Aumento de capital por incorporação	-	-	-	-	190.283	-	-	190.283
Baixa por incorporação	-	-	-	(190.283)	-	-	-	(190.283)
Realização do ágio s/ mais valia de ativos	-	-	-	-	-	(49)	-	(49)
Saldo Inicial em 31/12/2012	26.187	10.400	-	-	211.668	1.491	63	249.809
Resultado de equivalência	3.413	5.966	(3.490)	-	(10.133)	-	-	(4.244)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	30	-	-	30
Integralização/Aumento de capital (i)	-	-	24.245	-	40.000	-	-	64.245
Dividendos / JSCP	-	(5.945)	-	-	-	-	-	(5.945)
Realização do ágio s/ mais valia de ativos	-	-	-	-	-	(50)	-	(50)
Saldo Final em 31/12/2013	29.600	10.421	20.755	-	241.565	1.441	63	303.845
Total de Ativo	322.486	10.694	25.930	-	306.474	-	-	-
Total de Passivo	292.883	273	5.174	-	64.907	-	-	-
Patrimônio Líquido	29.603	10.421	20.756	-	241.567	-	-	-
Receita Líquida	80.940	6.932	4.649	-	192.783	-	-	-
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	3.412	5.966	(3.489)	-	(10.132)	-	-	-
Participação no capital total	99,99%	99,99%	99,99%	-	99,99%	-	-	-
Ações Ordinárias / Quantidade de quotas	7	9.562	27.000	-	278.545	-	-	-

- (i) Em 2013, a Companhia integralizou capital na sua controlada Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. detentora da marca ("Youcom") no montante de R\$ 24.245, sendo R\$ 10.000 em espécie e R\$ 14.245 através da transferência de imobilizado em R\$ 7.387, intangível R\$ 6.617 e impostos a recuperar em R\$ 241, conforme notas explicativas nº 9.5, nº 11.1 e nº 11.2. A "Youcom" iniciou as suas operações de varejo em julho de 2013.

10.2 Informações adicionais sobre as controladas

Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. – (Racc)

A Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (RACC) oferece serviços financeiros de empréstimo pessoal, mediante contrato de convênio para concessão de empréstimos junto a instituições financeiras, proporcionando aos clientes Renner condições para obtenção desse tipo de empréstimo. A RACC também opera com o cartão *co-branded* denominado Meu Cartão e oferece título de capitalização através de um contrato de cooperação comercial realizado com uma empresa de capitalização.

Dromegon Participações Ltda. – (Dromegon)

A Dromegon Participações Ltda. detém a propriedade de alguns dos imóveis utilizados nas operações comerciais da Companhia e suas receitas se limitam ao aluguel destes imóveis para a Lojas Renner.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Renner Empreendimentos Ltda. – (Remp)

A Renner Empreendimentos Ltda. foi incorporada pela Maxmix Comercial (detentora da marca "Camicado") em 11 de dezembro de 2012.

Maxmix Comercial Ltda. – (Camicado)

A Maxmix Comercial Ltda. tem como atividade o varejo de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho e decoração.

Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. – (Youcom)

A Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. tem como objeto o comércio varejista especializado em diversas linhas de mercadorias organizadas em departamentos, como artigos de vestuário e calçados, perfumaria, cosméticos, produtos de higiene, relógios e artigos de esportes.

11 Imobilizado e intangível

Síntese da movimentação do ativo imobilizado da Controladora e do Consolidado:

11.1 Imobilizado

Custo	Controladora												
	Saldo em 01/01/12	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Transf.	Transf Integr. Dromegon	Baixas	Saldo em 31/12/12	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Transf.	Transf.Integ. Fashion Business	Baixas	Saldo em 31/12/13
Terrenos	287	-	-	-	-	-	287	-	-	-	-	-	287
Prédio	4.772	-	-	-	(4.772)	-	-	-	-	-	-	-	-
Imóv eis	-	-	31.000	-	-	-	31.000	-	-	-	-	-	31.000
Máq. Equip. Instal e Benfeitorias	844.689	209.306	-	68.276	-	(4.652)	1.117.619	121.185	-	146.493	(6.710)	(7.189)	1.371.398
Veículos	1.058	272	-	-	-	(151)	1.179	223	-	-	-	(274)	1.128
Computadores e Periféricos	86.546	11.108	-	3.272	-	(2.709)	98.217	11.314	929	3.548	(160)	(2.126)	111.722
Imobilizado em andamento	15.673	79.176	-	(71.548)	-	(29)	23.272	197.171	-	(150.041)	(517)	(1)	69.884
Total	953.025	299.862	31.000	-	(4.772)	(7.541)	1.271.574	329.893	929	-	(7.387)	(9.590)	1.585.419
Depreciação													
Prédio	(2.449)	34	-	-	2.415	-	-	-	-	-	-	-	-
Imóv eis	-	(258)	-	-	-	-	(258)	(620)	-	-	-	-	(878)
Máq. Equip. Instal e Benfeitorias	(323.480)	(82.565)	-	-	-	3.582	(402.463)	(105.511)	-	-	-	5.095	(502.879)
Veículos	(462)	(203)	-	-	-	139	(526)	(212)	-	-	-	240	(498)
Computadores e Periféricos	(47.570)	(12.269)	-	-	-	2.641	(57.198)	(13.236)	-	-	-	1.945	(68.489)
Total	(373.961)	(95.261)	-	-	2.415	6.362	(460.445)	(119.579)	-	-	-	7.280	(572.744)
Saldo Líquido													
Terrenos	287	-	-	-	-	-	287	-	-	-	-	-	287
Prédio	2.323	34	-	-	(2.357)	-	-	-	-	-	-	-	-
Imóv eis	-	(258)	31.000	-	-	-	30.742	(620)	-	-	-	-	30.122
Máq. Equip. Instal e Benfeitorias	521.209	126.741	-	68.276	-	(1.070)	715.156	15.674	-	146.493	(6.710)	(2.094)	868.519
Veículos	596	69	-	-	-	(12)	653	11	-	-	-	(34)	630
Computadores e Periféricos	38.976	(1.161)	-	3.272	-	(68)	41.019	(1.922)	929	3.548	(160)	(181)	43.233
Imobilizado em andamento	15.673	79.176	-	(71.548)	-	(29)	23.272	197.171	-	(150.041)	(517)	(1)	69.884
Total	579.064	204.601	31.000	-	(2.357)	(1.179)	811.129	210.314	929	-	(7.387)	(2.310)	1.012.675

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado											
	Saldo em 01/01/12	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Transf.	Transf Integr. Dromegon	Baixas	Saldo em 31/12/12	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Transf.	Baixas	Saldo em 31/12/13
Custo												
Terrenos	287	-	-	-	-	-	287	-	-	-	-	287
Prédio	15.003	-	-	-	(2.415)	-	12.588	-	-	-	-	12.588
Imóv eis	-	-	31.000	-	-	-	31.000	-	-	-	-	31.000
Máq, Equip, Instal e Benfeitorias	863.464	212.831	-	80.081	-	(4.854)	1.151.522	122.518	-	154.503	(7.624)	1.420.919
Veículos	1.172	265	-	-	-	(190)	1.247	223	-	-	(342)	1.128
Computadores e Periféricos	88.958	11.651	-	3.005	-	(3.034)	100.580	11.478	929	3.861	(2.126)	114.722
Imobilizado em andamento	16.381	92.113	-	(83.086)	-	(29)	25.379	208.768	-	(158.364)	(3)	75.780
Total	985.265	316.860	31.000	-	(2.415)	(8.107)	1.322.603	342.987	929	-	(10.095)	1.656.424
Depreciação												
Prédio	(7.251)	(257)	-	-	2.415	-	(5.093)	(257)	-	-	-	(5.350)
Imóv eis	-	(258)	-	-	-	-	(258)	(620)	-	-	-	(878)
Máq, Equip, Instal e Benfeitorias	(328.607)	(86.716)	-	(570)	-	3.783	(412.110)	(109.268)	-	-	5.097	(516.281)
Veículos	(508)	(215)	-	-	-	178	(545)	(219)	-	-	266	(498)
Computadores e Periféricos	(49.418)	(12.511)	-	570	-	2.966	(58.393)	(13.621)	-	-	1.945	(70.069)
Total	(385.784)	(99.957)	-	-	2.415	6.927	(476.399)	(123.985)	-	-	7.308	(593.076)
Saldo Líquido												
Terrenos	287	-	-	-	-	-	287	-	-	-	-	287
Prédio	7.752	(257)	-	-	-	-	7.495	(257)	-	-	-	7.238
Imóv eis	-	(258)	31.000	-	-	-	30.742	(620)	-	-	-	30.122
Máq, Equip, Instal e Benfeitorias	534.857	126.115	-	79.511	-	(1.071)	739.412	13.250	-	154.503	(2.527)	904.638
Veículos	664	50	-	-	-	(12)	702	4	-	-	(76)	630
Computadores e Periféricos	39.540	(860)	-	3.575	-	(68)	42.187	(2.143)	929	3.861	(181)	44.653
Imobilizado em andamento	16.381	92.113	-	(83.086)	-	(29)	25.379	208.768	-	(158.364)	(3)	75.780
Total	599.481	216.903	31.000	-	-	(1.180)	846.204	219.002	929	-	(2.787)	1.063.348

A tabela abaixo apresenta as taxas médias de depreciação do imobilizado ao ano:

	Controladora e Consolidado
Prédios	3%
Móv eis, instalações e benfeitorias	10%
Veículos	20%
Computadores e periféricos	20%

A Companhia efetuou testes de revisão anual do valor contábil dos seus ativos, e não identificou necessidade de *impairment*, bem como não possui ocorrência de reavaliação ou existência de ociosidade nos ativos imobilizados no exercício e não possui ativos retirados de uso e não classificados como mantidos para venda.

11.2 Intangível

	Controladora									
	Saldo em 01/01/12	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Baixas	Saldo em 31/12/12	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Transf. Integr. Fashion Business	Baixas	Saldo em 31/12/13
Custo										
Sistemas de Informática	156.992	59.155	18.878	(29)	234.996	55.846	709	(7)	(84)	291.460
Direito de utilização de imóv eis	43.956	2.510	-	-	46.466	7.620	-	(6.610)	(153)	47.323
Marcas e Patentes	228	-	-	-	228	-	-	-	-	228
Total	201.176	61.665	18.878	(29)	281.690	63.466	709	(6.617)	(237)	339.011
Amortização										
Sistemas de Informática	(81.308)	(28.583)	-	19	(109.872)	(37.691)	-	-	63	(147.500)
Direito de utilização de imóv eis	(29.103)	(1.861)	-	-	(30.964)	(2.223)	-	-	151	(33.036)
Marcas e Patentes	(63)	(20)	-	-	(83)	-	-	-	-	(83)
Total	(110.474)	(30.464)	-	19	(140.919)	(39.914)	-	-	214	(180.619)
Saldo Líquido										
Sistemas de Informática	75.684	30.572	18.878	(10)	125.124	18.155	709	(7)	(21)	143.960
Direito de utilização de imóv eis	14.853	649	-	-	15.502	5.397	-	(6.610)	(2)	14.287
Marcas e Patentes	165	(20)	-	-	145	-	-	-	-	145
Total	90.702	31.201	18.878	(10)	140.771	23.552	709	(6.617)	(23)	158.392

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado									
	Saldo em 01/01/12	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Baixas	Saldo em 31/12/12	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Baixas	Saldo em 31/12/13
Custo									
Sistemas de Informática	164.704	62.571	18.878	(29)	246.124	59.610	709	(84)	306.359
Direito de utilização de imóveis	43.956	2.860	-	-	46.816	9.469	-	(153)	56.132
Marcas e Patentes	28.301	-	-	-	28.301	55	-	-	28.356
Intangível Outros	3.500	-	-	-	3.500	-	-	-	3.500
Ágio Camicado	116.679	-	-	-	116.679	-	-	-	116.679
Total	357.140	65.431	18.878	(29)	441.420	69.134	709	(237)	511.026
Amortização									
Sistemas de Informática	(82.978)	(30.411)	-	18	(113.371)	(40.178)	-	63	(153.486)
Direito de utilização de imóveis	(29.103)	(1.861)	-	-	(30.964)	(2.516)	-	151	(33.329)
Marcas e Patentes	(63)	(20)	-	-	(83)	-	-	-	(83)
Intangível Outros	(467)	(700)	-	-	(1.167)	(758)	-	-	(1.925)
Total	(112.611)	(32.992)	-	18	(145.585)	(43.452)	-	214	(188.823)
Saldo Líquido									
Sistemas de Informática	81.726	32.160	18.878	(11)	132.753	19.432	709	(21)	152.873
Direito de utilização de imóveis	14.853	999	-	-	15.852	6.953	-	(2)	22.803
Marcas e Patentes	28.238	(20)	-	-	28.218	55	-	-	28.273
Intangível Outros	3.033	(700)	-	-	2.333	(758)	-	-	1.575
Ágio Camicado	116.679	-	-	-	116.679	-	-	-	116.679
Total	244.529	32.439	18.878	(11)	295.835	25.682	709	(23)	322.203

A tabela abaixo apresenta as taxas médias de amortização do intangível ao ano:

	Controladora e Consolidado
Sistemas de informática	20%
Direito de utilização de imóveis	10%

12 Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio e intangíveis com vida útil indefinida

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio e a marca adquiridos por meio de combinações de negócios (maiores detalhes vide nota explicativa nº 11) foram alocados na unidade geradora de caixa Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado").

O valor contábil do ágio e da marca alocados na unidade geradora de caixa da Camicado é de R\$ 144.741 (R\$ 144.741 em 31 de dezembro de 2012).

A Administração da Companhia realizou o teste de recuperabilidade (*impairment*) nesses ativos na data base de 31 de dezembro de 2013, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 3.8. Para essa análise a Administração da Companhia considerou a Camicado como sendo uma Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Para determinação do valor recuperável da Camicado, a Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 10 anos considerando as seguintes premissas:

- Receitas: projetada de 2014 a 2023 considerando crescimento histórico das vendas, e também, um incremento nas vendas através do plano de abertura de novas lojas.
- Custos e despesas: projetados no mesmo período das receitas de acordo com a dinâmica das lojas e buscando sinergia das despesas através da Controladora.
- Taxa de desconto: elaborada levando em consideração informações do setor de varejo, o qual a Camicado atua. A taxa de desconto utilizada foi de 12,6% a.a (12,6% a.a em 31 de dezembro de 2012).
- Taxa de Crescimento: a perpetuidade foi calculada considerando as margens brutas, níveis de capital de giro e investimentos (plano de abertura de novas lojas). A taxa de crescimento considerada foi de 5% a.a (5% a.a em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia efetuou testes de revisão, com data base em 31 de dezembro de 2013, e concluiu que não há fatores que indiquem a necessidade de provisão de perdas por "*impairment*", dado que o valor recuperável excedeu o valor contábil. A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade nas taxas de desconto e de crescimento. Considerando um acréscimo e uma redução de 0,4% na taxa de desconto, o fluxo de caixa descontado resultaria em valores recuperáveis, que oscilariam negativa e positivamente, em R\$ 25.012 e R\$ 27.943 (R\$ 26.850 e R\$ 29.929 em 31 de dezembro de 2012). E considerando um acréscimo e uma redução de 0,5% na taxa de crescimento, o fluxo de caixa descontado resultaria em valores recuperáveis, que oscilariam positiva e negativamente em R\$ 20.210 e R\$ 17.716 (R\$ 21.014 e R\$ 18.420 em 31 de dezembro de 2012).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

13.1 Abertura dos saldos contábeis por modalidade

Passivo circulante

Modalidade	Encargos anuais médios - %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Em moeda nacional					
Banco do Nordeste - (a)	8,5% a.a	12.174	12.209	12.174	12.209
Capital de giro - conta garantida	111% do CDI	-	-	-	77
Debêntures	vide nota nº 13.2	32.440	23.652	32.440	23.652
Total Circulante		44.614	35.861	44.614	35.938

Passivo não circulante

Modalidade	Encargos anuais médios - %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Em moeda nacional					
Banco do Nordeste - (a)	8,5% a.a	-	12.138	-	12.138
Debêntures	vide nota nº 13.2	1.019.199	600.000	1.019.199	600.000
Custos de estruturação de debêntures	-	(3.510)	(3.378)	(3.510)	(3.378)
Total Não Circulante		1.015.689	608.760	1.015.689	608.760

- (a) A Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) em 20 de dezembro de 2007 para financiar a expansão de seu parque de lojas naquela região, no montante de R\$ 64.816 a serem liberados em 4 parcelas, garantidos por carta fiança. Até 31 de dezembro de 2013, foram liberadas as três primeiras parcelas no valor total de R\$ 57.647, de cujo montante já foram efetuados pagamentos de principal a partir de 2010.

13.2 Debêntures

Tipo de Emissão	Valor de emissão	Em circulação	Emissão	Vencimento	Encargos anuais %	Preço Unit.	Circulante		Não Circulante	
							31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
4ª Emissão - 1ª série	215.100	21.510	15/07/2011	2015 - 2016	CDI + 1,1% a.a	10	10.042	8.181	215.100	215.100
4ª Emissão - 2ª série	84.900	8.490	15/07/2011	2015 - 2017	IPCA + 7,8% a.a	10	3.500	9.969	96.953	84.900
5ª Emissão - 1ª série	220.000	22.000	15/06/2012	2016 - 2018	CDI + 0,97% a.a	10	900	599	220.000	220.000
5ª Emissão - 2ª série	80.000	8.000	15/06/2012	2017 - 2019	IPCA + 5,7% a.a	10	2.706	4.903	87.146	80.000
6ª Emissão - 1ª série	400.000	40.000	01/08/2013	2017 - 2018	CDI + 0,85% a.a	10	15.292	-	400.000	-
Custos de estruturação	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.510)	(3.378)
Total							32.440	23.652	1.015.689	596.622

As cláusulas contratuais estão demonstradas na nota explicativa nº 23.1.3.

13.3 Cronograma dos vencimentos

O cronograma de pagamento da parcela do longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures está demonstrado abaixo:

Período	Controladora	Consolidado
2015	139.364	139.364
2016	212.343	212.343
2017	333.635	333.635
2018	301.438	301.438
2019 em diante	28.909	28.909
Total	1.015.689	1.015.689

14 Financiamentos – arrendamento mercantil

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia detinha compromissos decorrentes de contratos de arrendamento mercantil de sistemas de informática, com prazo de até 24 meses e taxa média ponderada de 9,96% a.a. (18,16% a.a. em 2012). As licenças poderão ser adquiridos ao final dos contratos por um valor residual garantido.

Em julho de 2012 a Companhia firmou um contrato de arrendamento mercantil de aluguel de imóvel (Sede Administrativa), com prazo de 50 anos corrigido com base na variação acumulada do INPC anual. Ao final do contrato é garantida a preferência em adquirir o imóvel mediante notificação.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2013, os passivos de arrendamento financeiro são devidos, como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	10.242	10.216
Mais de um ano e menos de cinco anos	9.631	15.506
Mais de cinco anos	138.903	133.318
	158.776	159.040
(-) Menos os encargos financeiros futuros	(120.426)	(115.710)
Valor presente dos pagamentos mínimos	38.350	43.330

Em 31 de dezembro de 2013 os saldos das rubricas de imobilizado e intangível, líquido de depreciação/amortização, consideram bens arrendados no valor de R\$ 50.381 (R\$ 49.619 em 31 de dezembro de 2012).

15 Financiamentos – operações serviços financeiros

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia mantinha financiamentos destinados a operação de serviços financeiros (produtos financeiros) com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Alfa S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Itaú Unibanco S.A..

Passivo circulante

	Encargos mensais médios - %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Financiamentos – Vendas Financiadas (a)	6,9% a.m	328.345	58.034	329.295	58.643
Financiamentos – Vendas Financiadas	4,9% a.m	-	7.946	-	7.946
Financiamentos – Empréstimo pessoal (b)	9,54% a.m	-	-	102.200	84.673
Financiamento Clientes conta garantida (c)	15,9% a.m a 16,7% a.m	5.635	1.964	58.887	34.355
Financiamento Clientes inadimplentes Vendor (d)	17,7% a.m	116.678	13.221	116.678	13.221
Quotas Sênior – FIDC Lojas Renner	-	-	-	-	1.869
Quotas Sênior – FIDC Lojas Renner	-	-	-	-	350.000
Custos de estruturação FIDC Lojas Renner	-	-	-	-	(3.042)
Total		450.658	81.165	607.060	547.665

- (a) As operações de vendas financiadas referem-se aos montantes financiados aos clientes da Companhia por Instituições Financeiras em compras realizadas na condição de pagamento entre sete e oito prestações mensais na Lojas Renner S.A., e em até doze prestações para compras nos estabelecimentos credenciados a Mastercard e Visa ("Meu Cartão"). A Companhia possui coobrigação de pagamento dos encargos.
- (b) Os valores de "Financiamentos – Empréstimo pessoal" correspondem aos montantes dos contratos de empréstimo pessoal, concedidos aos clientes por banco conveniado e intermediados pela subsidiária RACC. A Companhia é garantidora das operações.
- (c) Os valores de "Financiamento Clientes inadimplentes conta garantida" são utilizados para o financiamento das carteiras de atraso, saque e refinanciamento do Meu Cartão, e também, para financiar a carteira em atraso dos produtos da loja virtual, divisão beleza e da Camicado.
- (d) A partir de dezembro de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos clientes, através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes. A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes.

16 Financiamentos de importações

A Companhia tem realizado financiamento de parte de suas importações (FINIMP) junto a instituições financeiras no Brasil (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e Banco HSBC S.A.). As operações de FINIMP são denominadas em dólares norte americanos e atualizados com juros médios "all in" de 1,4371 % a.a., composto por taxa Libor, spread bancário e a retenção do imposto de renda. O prazo de vencimento dos juros e do principal é de 180 dias. O saldo em 31 de dezembro de 2013 de financiamento de importações (FINIMP) é de R\$ 72.808 na Controladora e R\$ 76.732 no Consolidado (R\$ 79.176 na Controladora e R\$ 79.714 em 31 de dezembro de 2012).

17 Fornecedores

Os fornecedores estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores comerciais	320.634	308.025	348.304	345.476
Ajuste a valor presente	(2.315)	(2.064)	(2.315)	(2.064)
Fornecedores uso e consumo	117.057	106.616	125.395	113.072
Total	435.376	412.577	471.384	456.484

Em 31 de dezembro de 2013, o montante de pagamentos antecipados a fornecedores cujo vencimento original era posterior a 31 de dezembro de 2013 totalizou R\$ 175.615 (R\$ 172.684 em 31 de dezembro de 2012). Os descontos obtidos com estas antecipações são registrados como redução do custo das vendas, uma vez que estão diretamente relacionados com o contrato de fornecimento de mercadorias.

18 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matéria tributária, trabalhista e cível.

A Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. Para os processos tributários classificados como perda possível, a Companhia provisiona valores estimados de custas processuais e honorários advocatícios. O detalhamento dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2013 está demonstrado abaixo:

18.1 Provisões

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Tributárias					
ICMS - LC 102/2000	(a.1)	6.055	11.999	6.055	11.999
ICMS - fornecedores inidôneos	(a.2)	7.756	8.361	7.756	8.361
ICMS - dev oluções	(a.3)	5.017	5.040	5.017	5.040
IRPJ/ CSLL/ PIS/ COFINS	(a.4)	5.150	17.196	5.150	17.196
IRPJ/CSLL - Lei 11.196/2005	(a.5)	10.256	9.646	10.256	9.646
FAP/SAT	(a.6)	-	30.548	1.501	31.545
FGTS - LC 110/2001	(a.7)	-	2.991	-	2.991
Outras prov isões	(a.8)	7.798	8.995	8.387	9.561
(-) Depósitos Judiciais	(a.9)	(10.349)	(19.447)	(11.850)	(20.445)
		31.683	75.329	32.272	75.894
Cíveis	(b)	13.145	12.341	13.175	12.436
Trabalhistas	(c)	4.235	6.188	4.318	6.323
TOTAL		49.063	93.858	49.765	94.653
Passivo Circulante		17.380	18.529	17.493	18.759
Passivo Não Circulante		31.683	75.329	32.272	75.894

Provisões tributárias

(a.1) ICMS – LC 102/2000 – Refere-se, principalmente, ao questionamento da aplicação da Lei Complementar 102/2000 no que tange ao crédito do ICMS no consumo de energia, telecomunicações e também ao crédito nas aquisições de ativo imobilizado. Um dos processos, em tramitação no Estado de São Paulo, cuja classificação era de perda provável, transitou em julgado com decisão definitiva desfavorável e os valores depositados judicialmente foram convertidos em renda para a Autoridade Tributária. Os demais processos encontram-se em andamento e não há previsão de desembolso de recursos, haja visto depósito judicial das importâncias em discussão.

(a.2) ICMS – Fornecedores inidôneos – Refere-se a processos relacionados a suposto creditamento indevido de ICMS relacionado à aquisição de mercadorias junto a fornecedores considerados pela autoridade fazendária como inidôneos. Os processos estão em andamento e não há previsão de data para desembolso destes recursos.

(a.3) ICMS – Devoluções - Refere-se a autos de infração decorrentes da glosa de créditos de ICMS em face do entendimento da SEFAZ/RJ de que as notas fiscais de devolução de mercadorias emitidas pela Companhia não atendiam as formalidades acessórias. Os processos estão em andamento e não há previsão de data para desembolso destes recursos.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a.4) IRPJ/CSLL/ PIS/ COFINS – Refere-se a auto de infração que atribuiu à Companhia, tributada pelo lucro real, resultados gerados na controlada Renner Administradora de Cartões de Crédito, tributada pelo lucro presumido. Em dezembro de 2013, o recurso voluntário apresentado pela Companhia no CARF foi provido, por maioria dos votos, logo, anulando a autuação. O processo aguarda publicação da decisão e eventual interposição de recurso pela Procuradoria da Fazenda Nacional.
- (a.5) IRPJ/CSLL - Lei 11.196/2005 – Refere-se ao valor do benefício apurado pela Companhia, mas ainda não confirmado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. A Companhia não tem previsão de data para desembolso destes recursos.
- (a.6) FAP/SAT – Na controladora, refere-se ao Mandado de Segurança que questiona o aumento da alíquota do Seguro de Acidente do Trabalho (SAT), de 1% para 3%, e o Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Em março de 2013, a liminar que suspendia a exigibilidade da cobrança foi revertida. Desta forma, a Companhia optou por recolher os valores controvertidos da discussão e permanece discutindo o mérito da ação mediante recurso especial e extraordinário. O valor pago foi de R\$ 28.494 mil. No consolidado em 31 de dezembro de 2013, o saldo remanescente corresponde a valores que foram depositados em juízo.
- (a.7) FGTS – LC 110/2001 – Refere-se à discussão do débito tributário originado da incidência de novas alíquotas de FGTS. O valor discutido na ação foi depositado em juízo. O processo transitou em julgado reconhecendo o direito da Companhia a não se sujeitar ao aumento das alíquotas no período de outubro a dezembro/2001. Os depósitos judiciais existentes em relação aos demais meses foram convertidos em renda da União.
- (a.8) Outras Provisões – Referem-se a diversos processos, abrangendo matérias como contribuições previdenciárias, aplicação de multa de ofício em pagamento espontâneo de débitos, obrigações acessórias, glosa de ajustes na base do lucro real, entre outros, cujas perdas estão estimadas por nossos consultores jurídicos de acordo com os critérios utilizados para os demais itens, destacados nesta nota.
- (a.9) Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão sobre processos de natureza tributária, os quais totalizam, em 31 de dezembro de 2013, R\$ 17.126 na Controladora e R\$ 18.743 no Consolidado (R\$ 26.363 e R\$ 27.466 em 31 de dezembro de 2012, respectivamente). Os saldos de depósitos ajuizados cujos processos possuem provisão para riscos tributários, no montante de R\$ 10.349 na Controladora e R\$ 11.850 no Consolidado, em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 19.447 e R\$ 20.445 em 31 de dezembro de 2012, respectivamente), estão sendo apresentados deduzindo o valor do passivo correspondente. Os demais saldos de depósitos judiciais, no montante de R\$ 6.777 na Controladora e R\$ 6.893 no Consolidado (R\$ 6.915 e R\$ 7.021 em 31 de dezembro de 2012, respectivamente), estão apresentados no ativo não circulante.

Classificação das provisões tributárias

Abaixo, segue a abertura da classificação das provisões tributárias de acordo com o risco de probabilidade de perda avaliado pela administração da Companhia e dos seus assessores legais em 31 de dezembro de 2013:

Principais Matérias	Controladora			Consolidado		
	Provável	Possível	Total	Provável	Possível	Total
ICMS - LC 102/2000	5.909	146	6.055	5.909	146	6.055
ICMS - fornecedores inidôneos	-	7.756	7.756	-	7.756	7.756
ICMS - devoluções	101	4.916	5.017	101	4.916	5.017
IRPJ/CSLL/ PIS/ COFINS	-	5.150	5.150	-	5.150	5.150
IRPJ/CSLL - Lei 11.196/2005	-	10.256	10.256	-	10.256	10.256
FAP/SAT	-	-	-	-	1.501	1.501
Outras Provisões	1.911	5.887	7.798	2.460	5.927	8.387
Total	7.921	34.111	42.032	8.470	35.652	44.122

Provisões cíveis

- (b) A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais cíveis de natureza consumerista com objetos diversos. As provisões são revisadas periodicamente, considerando a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados.

Provisões trabalhistas

- (c) A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais trabalhistas com objetos diversos. As provisões são revisadas periodicamente, considerando a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados.

18.2 Passivos contingentes e ativos contingentes

Passivos contingentes

Os principais passivos contingentes estão relacionados com as matérias tributárias mencionadas no quadro acima "Classificação das provisões tributárias", para as quais a Administração entende que a probabilidade de desembolso seja individualmente

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pequena (processos de probabilidade de perda possível), porém pode ser provável que no conjunto dos processos desta mesma natureza ocorra a necessidade de desembolso nos montantes registrados, principalmente por conta de custas processuais e honorários advocatícios.

Em 31 de janeiro de 2014, a Companhia recebeu auto de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil, a qual atribui base de incidência de contribuição previdenciária, a valores considerados pela Companhia como não tributáveis pela referida contribuição, bem como aplicou multa de ofício pela falta de retenção de imposto de renda na fonte sobre os referidos valores, totalizando R\$ 24.898 mil. A Companhia está impugnando administrativamente as exigências, dado que a probabilidade de perda, segundo seus assessores jurídicos, é considerada como possível.

Outros passivos contingentes

A Companhia discute judicialmente em processo movido pelo Banco Renner, a associação da marca "Renner" na exploração de serviços financeiros, exceto aqueles relacionados ao Cartão de Crédito "Renner", serviços de suporte a ele relacionados e seguro. O processo encontra-se em disputa judicial e é avaliado como de perda provável no que tange ao uso da marca e como remoto no que diz respeito a eventuais indenizações, sendo que em ambas as hipóteses não há contingência financeira determinada nos autos, bem como não há estimativa quanto a desembolso.

Ativos contingentes

A Companhia é autora em diversas ações judiciais, no âmbito estadual e federal, nas quais são discutidas diversas matérias de natureza tributária. A contingência ativa, que na opinião dos nossos assessores jurídicos possui probabilidade de ganho provável é relativa à discussão sobre a não incidência de INSS sobre as parcelas de natureza indenizatória. O valor estimado é de R\$ 29.597 em 31 de dezembro de 2013. O processo aguarda julgamento no Superior Tribunal de Justiça.

18.3 Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, em 31 de dezembro de 2013, está demonstrada abaixo:

Natureza	Controladora					Consolidado				
	Saldos em 01/01/13	(+/-) Adições Reversões	(+) Encargos	(-) Baixas	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 01/01/13	(+/-) Adições Reversões	(+) Encargos	(-) Baixas	Saldos em 31/12/2013
Cíveis	12.341	804	-	-	13.145	12.437	738	-	-	13.175
Trabalhistas	6.188	(1.953)	-	-	4.235	6.322	(2.004)	-	-	4.318
Tributárias	94.776	(17.837)	3.757	(38.664)	42.032	96.339	(17.312)	3.759	(38.664)	44.122
(-) Depósitos judiciais	(19.447)	65	-	9.033	(10.349)	(20.445)	(438)	-	9.033	(11.850)
Total	93.858	(18.921)	3.757	(29.631)	49.063	94.653	(19.016)	3.759	(29.631)	49.765

19 Outras obrigações

As outras obrigações do passivo circulante e não circulante estão assim compostas:

Passivo circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Adiantamentos de Instituições Financeiras (a)	50.368	2.771	55.871	7.583
Valores a repassar cartão bandeira (b)	19.285	9.396	114.251	57.972
Obrigações com clientes (c)	12.661	12.516	18.101	15.591
Obrigações relacionadas às operações com seguros e títulos de capitalização (d)	11.570	6.831	12.128	7.166
Obrigações aos ex-controladores Camicado (e)	-	-	3.597	3.362
Outras obrigações (f)	21.507	20.482	9.558	13.002
Total de outras obrigações – passivo circulante	115.391	51.996	213.506	104.676

Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Adiantamentos de Instituições Financeiras (a)	1.981	3.340	2.406	5.109
Obrigações relacionadas às operações com seguros (d)	1.172	2.343	1.172	2.343
Obrigações com ex-controladores Camicado (e)	-	-	6.554	10.087
Total de outras obrigações – passivo não circulante	3.153	5.683	10.132	17.539

(a) Referem-se basicamente às antecipações de receitas com a intermediação de serviços financeiros, relacionados às operações de vendas financiadas e cartão bandeira.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Na Controladora, corresponde aos valores recebidos de faturas de clientes do "Meu Cartão", a serem repassados à Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. No Consolidado, correspondem a valores a repassar a lojistas nas transações realizadas pelos clientes com cartões emitidos pela Companhia (cartão bandeira – "Meu Cartão").
- (c) Referem-se aos saldos a favor dos clientes, cujos créditos poderão ser utilizados como pagamento em compras na Companhia e mercadorias compradas em listas de noivas, mas ainda não entregues.
- (d) Adiantamentos relacionados às operações de seguros referentes a contrato de exclusividade, prêmios de seguro pagos pelos clientes para repasse para a empresa seguradora e aos títulos de capitalização.
- (e) Saldo a pagar aos ex-controladores da Maxmix Comercial Ltda.
- (f) Referem-se aos saldos a pagar correspondentes a aquisição de créditos de ICMS, fretes, royalties, empréstimo consignado em folha de pagamento, entre outros.

20 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social	67.337	56.399	68.793	56.624
ICMS a recolher	106.743	120.208	108.717	121.013
Encargos sociais	13.808	22.937	14.802	24.059
PIS/COFINS	56.763	56.092	60.217	57.744
PAES	-	624	-	988
Outros tributos	15.128	5.630	17.171	7.720
Total passivo circulante	259.779	261.890	269.700	268.148
Outros	-	-	432	541
Total passivo não circulante	-	-	432	541

21 Patrimônio Líquido

21.1 Capital social

O limite do capital autorizado da Companhia é de 225.000.000 (duzentos e vinte e cinco milhões) de ações ordinárias, todas sem valor nominal. Dentro dos limites autorizados no estatuto, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Em 18 de abril de 2013 foi aprovado em Assembléia Geral Ordinária a destinação de 50% do saldo da Reserva de Lucros para Investimento e Expansão para o Capital Social, no montante total de R\$ 225.263.

O capital social integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 719.735 (R\$ 461.595 em 31 de dezembro de 2012), representado por 125.894.865 (cento e vinte e cinco milhões, oitocentos e noventa e quatro mil e oitocentos e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. De acordo com o art. 42 do Estatuto Social da Companhia, qualquer pessoa ou Grupo de Acionistas que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia (Acionista Comprador) em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações emitidas deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição, realizar uma Oferta Pública (OPA) para aquisição da totalidade das ações, observando disposições da regulamentação da CVM, dos regulamentos da BM&FBOvespa e do Estatuto Social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, nenhum acionista detém, individualmente, participação acionária igual ou superior a 20%.

Demonstração da evolução do capital social

	Quant. de ações	Valor
Saldo em 01 de janeiro de 2012	122.821.065	421.683
Aumento de capital, RCA de 23.05, 15.08 e 21.11	1.349.000	39.912
Saldo em 31 de dezembro de 2012	124.170.065	461.595
Aumento de capital, RCA de 23.01, 18.04, 15.05 e 19.11	1.724.800	32.877
Aumento de capital por destinação de reserva, AGO 18.04	-	225.263
Saldo em 31 de dezembro de 2013	125.894.865	719.735

A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, bem como o direito a participar da destinação dos lucros, na forma de dividendos, propostos em conformidade com o Estatuto Social da Companhia e de acordo com os artigos 190 e 202 da Lei 6.404/76, que estabelecem um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

21.2 Reservas de capital

Reservas de ágio

Referem-se ao ágio originado de incorporação reversa da JC Penney Brasil Investimentos Ltda. (R\$ 106.660) e da empresa JC Penney Brasil Comercial Ltda. (R\$ 11.505), ocorrido em 3 de dezembro de 1999 e 25 de maio de 2005, respectivamente.

Reserva de plano de opções de compra de ações

Referem-se à contrapartida das despesas do plano de opção de compra de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 27. A destinação das reservas de capital depende de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas (AGE). O saldo em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 102.742 (R\$ 89.603 em 31 de dezembro de 2012).

21.3 Reservas de lucros

Reserva para investimento e expansão

Esta reserva é constituída conforme destinação deliberada pelos órgãos da Administração, para fazer frente aos investimentos do plano de expansão da Companhia, conforme previsto no art. 34, item (c) do estatuto social da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 449.335 (R\$ 450.525 em 31 de dezembro de 2012).

Reserva legal

Em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76 e art. 34, item a do Estatuto Social da Companhia, foi constituída reserva legal, no montante de R\$ 20.370, equivalente a 5% do lucro líquido apurado em 2013. O saldo em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 39.952 (R\$ 19.582 em 31 de dezembro de 2012).

Dividendo adicional proposto

Refere-se aos dividendos propostos adicionalmente ao mínimo obrigatório, cujo montante será submetido à Assembleia Geral Ordinária (AGO) para aprovação. A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é apresentada na nota explicativa nº 36.

21.4 Ajustes de avaliação patrimonial

São apresentados como ajustes de avaliação patrimonial os resultados não realizados com os instrumentos financeiros derivativos. O montante dos ajustes registrados representa um ganho líquido de impostos, no montante de R\$ 4.817 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ (741) de perda líquida de impostos em 31 de dezembro de 2012) e serão revertidos quando da liquidação dos referidos instrumentos financeiros, com os efeitos no resultado segundo o regime de competência.

22 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações, sendo determinada a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação.

A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Numerador básico		
Lucro líquido do exercício	407.404	355.401
Média ponderada de ações ordinárias	125.174	123.667
Lucro por ação básico	3,2547	2,8739
Numerador diluído		
Lucro líquido do exercício	407.404	355.401
Média ponderada de ações ordinárias	125.174	123.667
Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opções	2.025	2.444
Lucro por ação diluído	3,2029	2,8182

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Visão geral

No curso normal das suas operações, a Companhia é exposta aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros: (i) risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros); (ii) risco de crédito; (iii) risco de liquidez e (iv) risco de capital; A Companhia busca minimizar os efeitos desses riscos ao utilizar os instrumentos financeiros derivativos para exposição do risco cambial ("hedge").

O gerenciamento de riscos da Companhia é executado por uma estrutura multidisciplinar, possibilitando que a Diretoria avalie se a gestão do negócio está em linha com as políticas e diretrizes definidas pela Administração. Em abril de 2012, o Conselho de Administração da Companhia criou o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, que tem como objetivo identificar e monitorar os principais fatores de risco da Companhia.

23.1 Gerenciamento de riscos

23.1.1 Riscos de mercado

Risco cambial

O risco cambial é decorrente de operações comerciais futuras e atuais, geradas principalmente pela importação de mercadorias denominadas em dólar norte americano. A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Companhia é a de proteger até 100% de suas importações de pedidos de compra via operações de hedge, compostas por contratos de compra a termo de moeda do tipo *Non-Deliverable Forward* (NDF).

Abaixo, demonstramos a exposição líquida e a análise de sensibilidade relacionada aos pedidos de compra, aos equipamentos de importação e ao saldo de financiamentos de importações (FINIMP) em 31 de dezembro de 2013:

		Consolidado			
		Nocional US\$	Cenário Provável US\$ 1 = R\$ 2,411 (*)	Cenário Possível 25% US\$ 1 = R\$ 3,014	Cenário Remoto 50% US\$ 1 = R\$ 3,617
Derivativos designados para hedge accounting					
Objeto de hedge	Pedidos emitidos	(119.994)	3.904	(65.464)	(134.881)
Instrumento de Hedge	NDF	119.994	(3.672)	65.773	135.217
Exposição Líquida Pedidos Importação		-	232	309	336
Exposição Custo de Importação	Custo estimado	(47.997)	(1.565)	(26.185)	(53.952)
	importação	(47.997)	(1.565)	(26.185)	(53.952)
Derivativos não designados para hedge accounting					
Objeto	Finimp	(32.535)	(92)	(19.276)	(38.460)
Instrumento	NDF	32.535	91	19.207	38.323
Exposição Líquida Finimp		-	(1)	(69)	(137)
Objeto	Equip.de Importação	(5.448)	12	(3.187)	(6.389)
Instrumento	NDF	5.448	(12)	3.190	6.391
Exposição Líquida Equipamentos de Importação		-	-	3	2
Exposição Custo de Importação	Custo estimado	(2.179)	(5)	(1.275)	(2.556)
	importação	(2.179)	(5)	(1.275)	(2.556)
Exposição Líquida Total / Efeito			(1.339)	(27.217)	(56.307)
Aumento (redução) no resultado, líquido do efeito dos impostos			(884)	(17.963)	(37.163)

(*) Para definição da cotação do dólar norte americano utilizada no cenário esperado, a Companhia segue projeções do mercado futuro *BM&FBovespa* para 31 de março de 2014. É importante destacar que a exposição líquida efetiva está relacionada preponderantemente a estimativa de fluxos de caixa futuros, para os quais há possibilidade de ajuste na composição de preços a serem praticados no varejo, como forma de compensar eventuais reflexos de custos por ocasião da ocorrência de cenários de deterioração na cotação do dólar norte americano. Considere-se que, substancialmente, os resultados efetivos serão percebidos somente quando da liquidação dos pedidos de importação e do financiamento das importações, correspondente a realização dos estoques.

Risco de taxa de juros

O risco referente a taxas de juros decorre das operações de equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata), financiamentos de operações de serviços financeiros e debêntures. As debêntures e os financiamentos de operações de serviços financeiros expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é a de manter 100% de seus empréstimos alocados no mercado de renda fixa, com captações remuneradas tanto a taxa de juros fixa, bem como

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

atreladas ao CDI, a *Libor* e também com variação de índices de inflação. A manutenção de ativos financeiros indexados ao CDI, bem como o curto prazo de realização dos recebíveis corrigidos a taxas de juros fixa, garante à Companhia baixo nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e *hedge* natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as taxas vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2013, conforme requerido pela IN CVM nº 475/08, a Companhia efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos (deterioração da taxa do CDI e IPCA em 25% ou 50% superiores ao cenário provável), considerando as seguintes premissas: cenário esperado para taxa de juros do CDI e o IPCA para a próxima divulgação (31 de março de 2014) de, respectivamente 9,84% a.a e 4,98% a.a. Estas estimativas tomam por base projeções do mercado futuro *BM&FBovespa*.

Instrumentos Financeiros	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2013	Cenário Provável	Cenário Possível Alta 25% - R\$
Equivalentes de caixa	737.156	17.471	21.839
Debêntures	(1.048.129)	(27.184)	(33.980)
Financiamentos Operações Serviços Financeiros	(607.060)	(11.841)	(14.801)
(Redução)/Aumento no resultado	(918.033)	(21.554)	(26.942)
Impacto no resultado, líquido de impostos		(14.226)	(21.338)

23.1.2 Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia refere-se, em suma, aos equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos.

Equivalentes de caixa

Conforme política financeira da Companhia, os equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) só podem ser aplicados em instituições financeiras com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado, às quais possuem *rating* global e nacional classificados como "A-2" e "brA-1" em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (*rating* baseado na agência *Standards Poor's*). O saldo de equivalentes de caixa é de R\$ 732.237 na Controladora e de R\$ 737.156 no Consolidado (R\$ 530.851 na Controladora e R\$ 629.414 no Consolidado em 31 de dezembro de 2012).

Contas a receber de clientes

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportada por sistemas tecnológicos e processos de última geração, vinculados à área de risco e fraude na unidade de produtos financeiros e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

Abaixo, demonstramos a qualidade do crédito das carteiras mais representativas: CCR (*Private Label*) e cartões de terceiros, às quais representam 97,4% do saldo na Controladora e 81,3% no Consolidado. Segue a abertura da qualidade do crédito conforme análise de risco da carteira em 31 de dezembro de 2013:

Classificação da qualidade do crédito	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2013
Baixo - (a)	967.639	1.000.765
Médio baixo - (b)	273.786	273.786
Médio - (c)	65.230	65.230
Médio alto - (d)	7.786	7.786
Alto - (e)	32.724	32.724
Total	1.347.165	1.380.291

A classificação interna da qualidade do crédito da carteira do contas a receber está descrita abaixo:

- (a) Baixo – clientes com mais de seis meses de conta de relacionamento com média de atraso menor do que 15 dias, e recebíveis das administradores de cartões de crédito.

- (b) Médio baixo – clientes com até seis meses de conta.
- (c) Médio – clientes com mais de seis meses de conta de relacionamento com média de atraso entre 15 e 29 dias.
- (d) Médio alto – clientes com mais de seis meses de conta de relacionamento com média de atraso entre 30 e 59 dias.
- (e) Alto – clientes com mais de seis meses de conta de relacionamento com média de atraso superior a 60 dias.

Os clientes das carteiras de empréstimo pessoal e Meu Cartão (Co-branded), são originados da carteira do CCR e portanto, apresetam nível de risco e qualidade de crédito similar à observada na carteira do “private label” e repretam apenas 2,6% da carteira total na controladora e 18,7% no consolidado,.

Os recebíveis da Companhia são originados nas suas operações de varejo a pessoa física de forma massificada, com análise de crédito individual, com baixo ticket médio, tendo como característica a pulverização absoluta do risco de crédito e a ausência de instrumento de garantia, de modo que, os valores registrados no contas a receber representam a dimensão adequada da exposição da Companhia ao risco de crédito. No processo de gestão da recuperação dos créditos, a Companhia não realiza novação de dívida e, portanto, o *aging* registrado no contas a receber reflete as condições originais dos contratos.

Derivativos

Com base na política financeira da Companhia, a contratação de instrumentos financeiros derivativos “NDF” somente é efetuada com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado (primeira linha de acordo com a nota de *rating*), às quais possuem *rating* global e nacional classificados como “A-2” e “brA-1” em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (*rating* baseado na agência *Standards Poor’s*). O saldo dos derivativos é de R\$ 7.943 na Controladora e de R\$ 8.043 no Consolidado (R\$ 3.860 na Controladora e de R\$ 3.828 no Consolidado em 31 de dezembro de 2012).

23.1.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas ou encontrar dificuldades em atender as necessidades do fluxo de caixa devido.

A Companhia tem adotado a gestão de suas disponibilidades estabelecendo um montante de caixa mínimo estratégico, baseado no ciclo de caixa das operações de varejo, bem como no capital mínimo necessário para garantir as operações de crédito. Os principais objetivos da Administração na gestão de um caixa mínimo estratégico são: precaução para momentos de incerteza na liquidez da economia, garantir a execução da estratégia de investimentos e expansão da Companhia, garantir a manutenção/expansão das operações de produtos financeiros em momentos de restrição de crédito, garantir a amortização e serviços de dívidas e garantir a manutenção da política de distribuição de dividendos.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Os limites globais concedidos a Companhia apresentam espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis, não gerando risco de quebra desses limites ou cláusulas dos empréstimos. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia.

A Companhia possui empréstimos com cláusulas contratuais que requerem a manutenção de indicadores financeiros tendo como principal operação com cláusulas dessa natureza as Debêntures, tendo a 4ª emissão emitida em 15 de julho de 2011, a 5ª emissão emitida em 15 de junho de 2012 e a 6ª emissão emitida em 1º de agosto de 2013. Abaixo a síntese dos índices financeiros (Covenants) previstos, conforme documentos de oferta pública registrada na CVM:

- 4ª emissão de debêntures de 15 de julho de 2011:
 - (i) Dívida Líquida Consolidada/ EBITDA menor ou igual a 2,5;
 - (ii) EBITDA/ Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0, ou menor que 0 (zero).
- 5ª emissão de debêntures de 15 de junho de 2012:
 - (i) Dívida Líquida Consolidada/ EBITDA menor ou igual a 3,0;
 - (ii) EBITDA/ Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0, ou menor que 0 (zero), sendo que neste último caso o EBITDA deverá ser maior que 0 (zero).
- 6ª emissão de debêntures de 1º de agosto de 2013:
 - (iii) Dívida Líquida Consolidada/ EBITDA menor ou igual a 3,0;
 - (iv) EBITDA/ Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0, ou menor que 0 (zero), sendo que neste último caso o EBITDA deverá ser maior que 0 (zero).

A Companhia monitora estes índices periodicamente e tem confirmado o atendimento dos mesmos com significativa margem de segurança.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa nº 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2013, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados para administrar o risco de liquidez.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

Controladora

	Saldo Contábil	Menos de 3 meses	A partir de 3 até 6 meses	A partir de 6 até 12 meses	A partir de 1 até 2 anos	A partir de 2 até 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2013							
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos	44.614	28.403	6.641	9.570	-	-	-
Financiamento arrendamento mercantil	38.350	3.589	8	3.596	1.656	449	29.052
Financiamentos - operações serviços financeiros	450.658	279.864	117.183	53.611	-	-	-
Financiamentos das importações	72.808	29.347	43.461	-	-	-	-
Fornecedores	435.376	435.376	-	-	-	-	-
Derivativos	235	205	30	-	-	-	-
Debêntures	1.015.689	-	-	-	139.364	847.416	28.909
Total	2.057.730	776.784	167.323	66.777	141.020	847.865	57.961
Em 31 de dezembro de 2012							
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos	47.999	11.286	8.537	16.038	12.138	-	-
Financiamento arrendamento mercantil	43.330	-	-	6.931	11.758	1.272	23.369
Financiamentos - operações serviços financeiros	81.165	44.642	20.595	15.928	-	-	-
Financiamentos das importações	79.176	77.836	1.340	-	-	-	-
Fornecedores	412.577	412.577	-	-	-	-	-
Derivativos	1.060	1.054	6	-	-	-	-
Debêntures	596.622	-	-	-	-	470.710	125.912
Total	1.261.929	547.395	30.478	38.897	23.896	471.982	149.281

Consolidado

	Saldo Contábil	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2013							
Empréstimos e financiamentos	44.614	28.403	6.641	9.570	-	-	-
Financiamento arrendamento mercantil	38.350	3.589	8	3.596	1.656	449	29.052
Financiamentos - operações serviços financeiros	607.060	332.920	199.911	74.229	-	-	-
Financiamentos das importações	76.732	30.418	45.215	1.099	-	-	-
Fornecedores	471.384	471.384	-	-	-	-	-
Derivativos	235	205	30	-	-	-	-
Debêntures	1.015.689	-	-	-	139.364	847.416	28.909
Total	2.254.064	866.919	251.805	88.494	141.020	847.865	57.961
Em 31 de dezembro de 2012							
Empréstimos e financiamentos	48.076	11.286	8.537	16.115	12.138	-	-
Financiamento arrendamento mercantil	43.330	-	-	6.931	11.758	1.272	23.369
Financiamentos - operações serviços financeiros	547.665	89.775	78.638	379.252	-	-	-
Financiamentos das importações	79.714	77.836	1.340	538	-	-	-
Fornecedores	456.484	456.484	-	-	-	-	-
Derivativos	1.073	1.054	6	13	-	-	-
Debêntures	596.622	-	-	-	-	470.710	125.912
Total	1.772.964	636.435	88.521	402.849	23.896	471.982	149.281

Adicionalmente, a agência de rating 'Standard & Poors' classificou o rating de crédito da Companhia como brAA+ na categoria escala nacional (Brasil).

23.1.4 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiro visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora os níveis de endividamento em relação à sua capacidade de geração de caixa (LAJIDA/EBITDA) e sua estrutura de capital e em 31 de dezembro de 2013 apresenta:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e equivalentes de caixa	789.086	581.994	801.592	683.270
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	(44.614)	(35.861)	(44.614)	(35.938)
Não circulante	(1.015.689)	(608.760)	(1.015.689)	(608.760)
Endividamento líquido	(271.217)	(62.627)	(258.711)	38.572

É inerente ao negócio da Companhia a sazonalidade na geração de resultados, bem como nas posições patrimoniais oriundas da operação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou um aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa, como consequência, principalmente da geração de caixa advindo das suas atividades operacionais e dos recursos obtidos com a 6ª emissão de debêntures realizada no terceiro trimestre de 2013. O aumento do endividamento líquido está relacionado, principalmente, à alocação de recursos para investimentos no plano de expansão.

As posições de financiamentos atreladas à operação da atividade de serviços financeiros, bem como ao financiamento de importações e arrendamento mercantil são tratados como financiamentos operacionais e, portanto, são desconsideradas para fins de cálculo de endividamento / disponibilidades líquidas.

A sólida posição patrimonial da Companhia, e sua longa relação com importantes instituições financeiras e com o mercado de capitais, lhe garantem condições de acesso bastante confortáveis para captação de recursos via endividamento ou mesmo, emissão de novas ações para aumento de capital, se assim for necessário.

23.2 Instrumentos financeiros por categoria

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas na demonstração financeira da Companhia e suas controladas, conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativos				
Valor justo por meio do resultado (mantido para negociação)				
Derivativos	7.943	3.860	8.043	3.828
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	789.086	581.994	801.592	683.270
Contas a receber de clientes	1.268.370	648.400	1.572.443	1.279.698
FIDC Lojas Renner	-	150.000	-	-
Passivos				
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Financiamentos e empréstimos	44.614	47.999	44.614	48.076
Financiamento arrendamento mercantil	38.350	43.330	38.350	43.330
Financiamentos - operações serviços financeiros	450.658	81.165	607.060	547.665
Fornecedores	435.376	412.577	471.384	456.484
Debêntures	1.015.689	596.622	1.015.689	596.622
Valor justo por meio do resultado				
Financiamentos das importações	72.808	79.176	76.732	79.714
Derivativos	235	1.060	235	1.073

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve nenhuma reclassificação entre as categorias apresentadas no quadro acima.

A Companhia designa as operações de financiamento de importações (FNIMP), para a categoria valor justo por meio do resultado conforme apresentado no quadro acima. Esta designação ocorre no momento da contratação destas operações, uma vez que a Administração entende que esta tratativa é a que melhor representa suas posições contábeis para estas operações.

23.3 Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

23.3.1 Valor justo

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2013		31/12/2012		31/12/2013		31/12/2012	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	789.086	789.086	581.994	581.994	801.592	801.592	683.270	683.270
Contas a receber de clientes	1.268.370	1.268.370	648.400	648.400	1.572.443	1.572.443	1.279.698	1.279.698
FIDC - Lojas Renner	-	-	150.000	150.000	-	-	-	-
Derivativos	7.943	7.943	3.860	3.860	8.043	8.043	3.828	3.828
Total	2.065.399	2.065.399	1.384.254	1.384.254	2.382.078	2.382.078	1.966.796	1.966.796
Passivos								
Financiamento arrendamento mercantil	38.350	37.621	43.330	52.738	38.350	37.621	43.330	52.738
Financiamentos - operações serviços financeiros	450.658	450.658	81.165	81.165	607.060	607.060	547.665	547.665
Financiamentos das importações	72.808	72.808	79.176	79.176	76.732	76.732	79.714	79.714
Fornecedores	435.376	435.376	412.577	412.577	471.384	471.384	456.484	456.484
Derivativos	235	235	1.060	1.060	235	235	1.073	1.073
Debêntures, empréstimos e financiamentos	1.060.303	1.060.913	644.621	650.787	1.060.303	1.060.913	644.698	650.864
Total	2.057.730	2.057.611	1.261.929	1.277.503	2.254.064	2.253.945	1.772.964	1.788.538

Caixa e equivalentes de caixa

As taxas de juros que remuneram os equivalentes de caixa da Companhia no encerramento do exercício se aproximam das taxas de mercado para operações de mesma natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis dos equivalentes de caixa são similares aos de mercado.

Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias, pelas operações de crédito do "Meu Cartão", bem como pelos valores de empréstimo pessoal cedido aos seus clientes por instituições financeiras, dos quais a Companhia é intermediadora.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, pelo transcorrer do prazo, ajustados pela taxa de juros efetiva considerando os efeitos e reconhecimento da mensuração do valor presente.

Financiamento arrendamento mercantil

Os arrendamentos financeiros são contratados a taxas de mercado e contabilizados considerando às variações de taxas no longo prazo.

Financiamento de operações de serviços financeiros

Às operações de financiamento de produtos financeiros, correspondem, na Controladora, aos valores de face de obrigações assumidas pelos clientes, dos quais a Companhia é garantidora, portanto, os valores contábeis correspondem aos valores de mercado.

Financiamento de importações

Os financiamentos de importações são designados e qualificados como valor justo por meio do resultado (*fair value option*) no momento inicial.

Fornecedores

Os fornecedores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, pelo transcorrer do prazo, ajustados pela taxa de juros efetiva considerando os efeitos e reconhecimento da mensuração do valor presente.

Derivativos

O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado na utilização das curvas de mercado de cada derivativo na data da apuração, bem como, metodologias utilizadas pelo mercado e geralmente aceitas, conforme detalhado abaixo:

- **Termo de moeda (NDF)** – O método utilizado para mensuração do valor justo das operações de NDFs, consistiu no cálculo do diferencial entre o valor contratado e a referência de mercado ajustados a valor presente, considerando informações obtidas junto a BM&FBovespa.

- **Opções** - O método utilizado para mensuração do valor justo das operações de opções, consistiu no cálculo efetuado por meio da calculadora de Black&Scholles com base em informações obtidas junto a Bloomberg.

Debêntures, empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos em geral são contratadas à padrões de mercado e portanto, os valores contábeis se aproximam dos valores de mercado para operações de prazo, origem e riscos semelhantes. Para operações de empréstimos de longo prazo (debêntures), embora contratadas a taxas similares às de mercado, considerando a relevância dos montantes e o impacto nas variações de taxas no longo prazo, foram calculadas e demonstradas as diferenças resultantes entre o valor justo e o valor contábil.

23.4 Hierarquia do Valor Justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se, conforme definição de hierarquia de valor justo, como nível 1 e 2. Abaixo definição de hierarquia de valor justo, conforme CPC 40:

- **Nível 1** - Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

- **Nível 2** - Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

- **Nível 3** - Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2013, os instrumentos financeiros avaliados a valor justo estão classificados na hierarquia do valor justo, conforme quadro abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2013	Nível 2	31/12/2012	Nível 2	31/12/2013	Nível 2	31/12/2012	Nível 2
Ativos								
Derivativos	7.943	7.943	3.860	3.860	8.043	8.043	3.828	3.828
Total	7.943	7.943	3.860	3.860	8.043	8.043	3.828	3.828
Passivos								
Financiamentos das importações	72.808	72.808	79.176	79.176	76.732	76.732	79.714	79.714
Derivativos	235	235	1.060	1.060	235	235	1.073	1.073
Total	73.043	73.043	80.236	80.236	76.967	76.967	80.787	80.787

23.5 Perdas por redução no valor recuperável

Demonstramos na nota explicativa nº 6 (contas a receber) a composição da provisão para perdas de créditos, de acordo com a avaliação de recuperabilidade da Administração.

23.6 Garantias

A Companhia demonstra na nota explicativa nº 29 – Ônus, garantias e responsabilidades.

23.7 Instrumentos financeiros derivativos

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer

outros instrumentos financeiros de risco.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela Administração, somente para proteção de risco cambial assumido em pedidos de importações e financiamentos de importações, conforme descrito na nota explicativa nº 3.14.

A Companhia tem utilizado como instrumento de *hedge* para sua exposição às variações de preços de moeda estrangeira, contratos de compra de dólar futuro do tipo *Non-Deliverable Forward* (NDF).

Conforme apresentado na tabela de exposição líquida e análise de sensibilidade de operações sujeitas à variação cambial no item de "Risco Cambial" (nota explicativa nº 23.1), as informações sobre as operações com derivativos em 31 de dezembro de 2013 estão segregadas entre designados para *hedge accounting* (*hedge* de fluxo de caixa) e não designados para *hedge accounting*.

23.7.1 Derivativos designados para *hedge accounting*

A composição dos derivativos designados para contabilização de *hedge* de fluxo de caixa tem como instrumento de proteção contratos a termo de moeda (*Non-Deliverable Forward*) e o seu objeto de proteção corresponde às variações cambiais relacionadas ao fluxo de caixa de pedidos de importações, conforme, demonstrado abaixo:

NDF (*Non-Deliverable Forward*)

				Controladora e Consolidado	
Instrumento de Hedge				Objeto de Hedge	
Vencimentos	Operação	Nocional (US\$)	(*) Valor justo	Operação	Vencimentos Estimados
De 01/01/2014 a 31/03/2014	NDF	47.225	4.615	Pedido de Importações	De 01/01/2014 a 31/03/2014
De 01/04/2014 a 30/06/2014	NDF	28.913	1.962	Pedido de Importações	De 01/04/2014 a 30/06/2014
De 01/07/2014 a 30/09/2014	NDF	31.290	551	Pedido de Importações	De 01/07/2014 a 30/09/2014
De 01/10/2014 a 31/12/2014	NDF	12.255	157	Pedido de Importações	De 01/10/2014 a 31/12/2014
Total Controladora		119.683	7.285		
De 01/01/2014 a 31/03/2014	NDF	238	9	Pedido de Importações	De 01/01/2014 a 31/03/2014
De 01/04/2014 a 30/06/2014	NDF	73	5	Pedido de Importações	De 01/04/2014 a 30/06/2014
Total Consolidado		119.994	7.299		

(*) A metodologia de precificação de *Non-Deliverable Forward* é pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando projeções da BM&FBovespa.

Durante o exercício, as operações de *hedge* com NDF utilizadas para proteção do risco de fluxo de caixa de pedidos de importação (*Non-Deliverable Forward*) foram efetivas.

23.7.2 Derivativos não designados para *hedge accounting*

Os derivativos não designados para *hedge accounting* correspondem contratos de compra a termo de moeda do tipo NDF (*Non-Deliverable Forward*), destinados a minimizar o reflexo de variações cambiais decorrentes do financiamento de importações (FINIMP) e das aquisições de equipamentos destinados ao Centro de Distribuição de Santa Catarina.

NDF (*Non-Deliverable Forward*) – FINIMP

				Controladora e Consolidado	
Instrumento				Objeto	
Vencimentos	Operação	Nocional (US\$)	(*) Valor justo	Operação	Vencimentos Estimados
De 01/01/2014 a 31/03/2014	NDF	12.435	299	Financiamento de importações	De 01/01/2014 a 31/03/2014
De 01/04/2014 a 30/06/2014	NDF	18.453	359	Financiamento de importações	De 01/04/2014 a 30/06/2014
Total Controladora		30.888	658		
De 01/01/2014 a 31/03/2014	NDF	449	64	Financiamento de importações	De 01/01/2014 a 31/03/2014
De 01/04/2014 a 30/06/2014	NDF	743	24	Financiamento de importações	De 01/04/2014 a 30/06/2014
De 01/07/2014 a 30/09/2014	NDF	398	(5)	Financiamento de importações	De 01/07/2014 a 30/09/2014
De 01/10/2014 a 31/12/2014	NDF	57	3	Financiamento de importações	De 01/10/2014 a 31/12/2014
Total Consolidado		32.535	744		

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) A metodologia de precificação de *Non-Deliverable Forward* é pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando projeções da BM&FBovespa.

NDF (Non-Deliverable Forward)

				Controladora	
Instrumento de Hedge				Objeto de Hedge	
Vencimentos	Operação	Nocional (US\$)	(*) Valor justo	Operação	Vencimentos Estimados
De 01/01/2014 a 31/03/2014	NDF	3.105	(207)	Equip.de Importações	De 01/01/2014 a 31/03/2014
De 01/04/2014 a 30/06/2014	NDF	2.343	(28)	Equip.de Importações	De 01/04/2014 a 30/06/2014
Total		5.448	(235)		

(*) A metodologia de precificação de *Non-Deliverable Forward* é pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando projeções da BM&F.

Fluxo de caixa

A tabela a seguir demonstra o fluxo de caixa previsto dos pedidos de importações de operações futuras expostas à moeda estrangeira com derivativos de proteção, considerando como referência, o dólar esperado para a próxima divulgação (31 de março de 2014) de R\$ 2,4114:

	1T14	2T14	3T14	4T14	Total
FOB Pedidos de importação de mercadoria de revenda (a)	114.453	69.895	75.458	29.547	289.353
FOB Pedidos de máquinas e equipamentos (b)	7.480	5.657	-	-	13.137
Valor Nocional R\$ mil	121.933	75.552	75.458	29.547	302.490
Valor Nocional US\$ mil	50.565	31.331	31.292	12.253	125.442

(a) Os fluxos de caixa relacionados a pedidos de importações de mercadorias de revenda são reconhecidos inicialmente no custo dos estoques e posteriormente registrados no resultado como custo de mercadorias vendidas, à medida da realização dos estoques, conforme giro normal das operações.

(b) Os fluxos de caixa relacionados a pedidos de importação de ativo imobilizado são inicialmente registrados no custo do ativo imobilizado e posteriormente, reconhecidos no resultado conforme depreciação do ativo, em linha com a vida útil dos equipamentos importados, no prazo de até 10 anos.

24 Partes relacionadas

A Companhia, sociedades controladas e pessoas ligadas, realizam algumas operações entre si, relativas a aspectos financeiros e operacionais da Companhia. Descrevemos abaixo as operações mais relevantes:

24.1 Contexto Consolidado

Remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria (a "Administração")

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores, após considerar o parecer do Comitê de Pessoas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a remuneração dos administradores totalizou R\$ 7.503 (R\$ 6.931 em 31 de dezembro de 2012), apresentados como outros resultados operacionais (nota explicativa nº 31).

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de abril de 2013 aprovou o limite de remuneração global dos administradores em até R\$ 10.000 para o exercício social de 2013.

Plano de opções de compra de ações

A Companhia possui plano de opções de compra de ações, onde os administradores podem adquirir ações na forma e condições descritas no plano (nota explicativa nº 27). No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a despesa com plano de opções de compra de ações de administradores totalizou R\$ 5.324 (R\$ 6.715 em 31 de dezembro de 2012).

Participação estatutária

A participação estatutária refere-se à participação nos lucros atribuída aos administradores conforme definido no artigo 34, parágrafo único do estatuto social da Companhia e depende de aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

24.2 Contexto Controladora

Contratos de locação

Em 2009, a Companhia renovou o contrato de locação com a controlada Dromegon do prédio da loja no centro de Porto Alegre. O valor da locação desse imóvel é sempre o maior valor entre (i) o equivalente a 4,29% das vendas mensais brutas realizadas pela loja e (ii) R\$ 175 ao mês. O referido contrato de locação tem prazo de validade de 10 anos, sujeito a renovação.

Em maio de 2012 a Companhia firmou contratos de locações com a controlada Dromegon dos prédios das lojas de Santa Maria e Pelotas. O valor da locação do imóvel de Santa Maria é sempre o maior valor entre o equivalente a 4% das vendas mensais brutas realizadas pela loja e R\$ 60 ao mês, e o valor do aluguel da loja de Pelotas é sempre o maior valor entre o equivalente a 4% das vendas mensais brutas realizados pela loja e R\$ 54 ao mês. Os referidos contratos tem prazo de validade de 10 anos, sujeito a renovação.

Contrato de prestação de serviço de concessão de empréstimos e intermediação de venda de títulos de capitalização

A Companhia oferece serviços financeiros de empréstimo pessoal, através de sua subsidiária, Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (RACC), mediante contratos de convênio para concessão de empréstimos realizado junto a instituições financeiras, proporcionando aos clientes Renner condições para obtenção de empréstimo pessoal. A RACC também opera com cartão co-branded denominado Meu Cartão, oferece título de capitalização através de um contrato de cooperação comercial realizado com a empresa Icatu Hartford Capitalização S.A.. A Lojas Renner participa na operação com sua infraestrutura operacional e como garantidora da operação.

Utilização do Cartão Renner na Camicado

Um dos principais geradores de sinergia identificados pela Administração no processo de integração da Camicado está na possibilidade de aceitação do Cartão Renner nas lojas da Camicado. A partir de outubro de 2011 foi ofertado aos clientes do Cartão Renner a utilização em compras na Camicado.

24.3 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013, bem como os valores das transações registrados no resultado do exercício relativos a operações com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais e usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e estão sumariadas a seguir:

Saldos e transações com empresas ligadas

	Controladas						
	Dromegon		RACC		Camicado		Youcom(*)
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13
Operações financeiras							
Conta corrente - ativo	-	-	2.893	1.314	311	13	57
Conta corrente - passivo	-	-	(6.833)	(2.662)	(14)	-	-
	-	-	(3.940)	(1.348)	297	13	57
Operações comerciais							
Outras contas a receber	-	-	-	-	-	32	-
Aluguéis a pagar	(4.888)	(4.649)	-	-	-	-	-
Valores a repassar - "Meu Cartão"	-	-	(19.285)	(9.396)	-	-	-
Valores a repassar - "CCR"	-	-	6.186	-	(6.157)	(5.065)	-
Contas a receber (a pagar)	(4.888)	(4.649)	(17.039)	(10.744)	(5.860)	(5.020)	57
Transações de Aluguéis							
Despesas com aluguéis, líquida de impostos	6.932	6.060	-	-	-	-	-

(*) A Youcom iniciou as suas operações em julho de 2013.

25 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros contratados junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros na modalidade de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Responsabilidade Civil e D&O	104.001	114.000
Patrimônio e Estoque	2.205.537	1.462.940
Veículos	23.684	33.890

26 Acordos ou outras obrigações relevantes entre a Companhia e seus administradores

Conforme Capítulo IV, art. 13 do Estatuto Social da Companhia, a Administração da Companhia incumbe ao Conselho de Administração e à Diretoria. A investidura desses Administradores no cargo faz-se por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, tem mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração em exercício serão considerados automaticamente indicados para reeleição por proposta conjunta dos membros do Conselho de Administração.

A Diretoria, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, tem prazo de mandato de 2 anos, permitida a reeleição e estão vinculadas por meio de um contrato de prestação de serviços, cuja remuneração compreende um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e uma variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia. O vencimento dos contratos está vinculado ao prazo de mandato dos diretores, com exceção do contrato firmado com o Diretor Presidente.

A Companhia firmou em março de 2009, um novo contrato de prestação de serviços com o seu Diretor Presidente. O Contrato prevê a permanência do executivo por no mínimo 5 (cinco) anos, remuneração compreendendo um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e um variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia.

27 Plano de opção de compra de ações

O Plano de opção de compra de ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia, realizada no dia 25 de maio de 2005, e alterado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias de Acionistas, realizadas nos dias 10 de abril de 2007 e 30 de março de 2009, é supervisionado pelo Comitê de Pessoas ("Comitê"), criado em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, e composto por membros independentes do Conselho de Administração da Companhia ("Conselho"). Os membros do Comitê não poderão ser beneficiados das opções de compra objeto do Plano.

Principais características do plano de opção de compra de ações

Os programas preveem que cinquenta por cento das opções tornar-se-ão exercíveis após o decurso de três anos de sua respectiva outorga, e o restante, após o decurso de quatro anos (considerando apenas as opções objeto de uma mesma outorga). Os programas preveem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. A partir da 3ª outorga, no caso da obrigação de realizar oferta pública, nos termos dos Art. 39, 40, 41 e 42 do Estatuto Social, ou na hipótese de sucesso de oferta pública para aquisição do controle da Companhia, se qualquer desses casos resultarem em desligamento sem justa causa de participante do Plano por iniciativa da Companhia, todas as opções outorgadas ao respectivo participante e que ainda não sejam passíveis de exercício tornar-se-ão automaticamente exercíveis. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário (Administradores e Executivos selecionados) poderá exercê-la a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, até o término do prazo de 6 (seis) anos contados da data de outorga de tal opção. A outorga contratual de opções do Diretor Presidente, datada em 30 de março de 2009, prevê que o exercício das opções estará sujeito a um prazo de carência (vesting) total de seis anos contados da data de outorga e a partir do segundo aniversário da data de outorga, será permitido o exercício antecipado em parcelas de 20% ao ano, desde que atingida uma meta de valorização da Companhia através do indicador Total Shareholder Return (TSR), estabelecida pelo Conselho de Administração.

Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, existiam 3.034 mil opções (4.486 mil em 31 de dezembro de 2012), representando, no total, aproximadamente 2,41% das 125.895 mil ações emitidas pela Companhia.

27.1 Resumo da movimentação do plano de opção de compra de ações

Plano de Opções	Data da Outorga	Valor de Exercício	Quantidade de ações - Controladora e Consolidado								
			Saldo Inicial 01/01/12	(-) Exercidas	(-) Canceladas	(+) Outorgadas	Saldo Final 31/12/12	(-) Exercidas	(-) Canceladas	(+) Outorgadas	Saldo Final 31/12/13
2º outorga	01/06/2006	28,58	111	(111)	-	-	-	-	-	-	-
3º outorga A	30/04/2007	29,01	161	(161)	-	-	-	-	-	-	-
3º outorga B	15/05/2007	29,83	250	(250)	-	-	-	-	-	-	-
4º outorga	31/03/2008	34,25	806	(633)	-	-	173	(173)	-	-	-
5º outorga	19/01/2009	15,15	937	(194)	(12)	-	731	(654)	-	-	77
Outorga contratual	30/03/2009	14,44	1.822	-	-	-	1.822	(728)	-	-	1.094
6º outorga A	18/01/2010	38,65	562	-	(39)	-	523	(163)	(26)	-	334
6º outorga B	15/03/2010	38,97	10	-	-	-	10	(5)	-	-	5
7º outorga	16/02/2011	51,42	605	-	(45)	-	560	-	(92)	-	468
8º outorga	06/02/2012	55,15	-	-	(49)	716	667	-	(110)	-	557
9º outorga	22/02/2013	78,06	-	-	-	-	-	-	(43)	542	499
			5.264	(1.349)	(145)	716	4.486	(1.723)	(271)	542	3.034

O preço de fechamento da ação da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 61 (R\$ 79,75 em 31 de dezembro de 2012).

Considerando o exercício das 2.534 mil opções *in the Money* (5º, 6º, 7º, 8º outorgas e outorga contratual), demonstramos a seguir os efeitos no valor patrimonial da ação e respectivo percentual de redução de participação societária dos atuais acionistas em 31 de dezembro de 2013:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Valor do Patrimônio Líquido	1.493.253	1.305.683
Quantidade de ações – mil	125.895	124.170
Valor patrimonial da ação – R\$	11,86	10,52
Valor do Patrimônio Líquido, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	1.578.086	1.435.218
Quantidade de ações, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	128.928	128.657
Valor patrimonial da ação, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	12,24	11,16
% de redução na participação societária dos atuais acionistas, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	2,35%	3,49%

27.2 Premissas para determinação do valor justo das opções de ações

O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de *Black&Scholes*. Este modelo utiliza premissas como o valor de mercado da ação na data da outorga, o preço de exercício da opção, a volatilidade do preço das ações da Companhia, a taxa de juros livre de risco e o prazo de vigência do contrato “*vesting period*”. A despesa é registrada em uma base “*pro rata temporis*”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a despesa com plano de opções de compra de ações totalizou R\$ 13.139 (R\$ 16.126 em 31 de dezembro de 2012).

Plano de Opções	Data da Outorga	Dividend yield	Taxa de juros livre de risco	Vesting period	Número de opções	Controladora e Consolidado	
						Valor justo na data da outorga (R\$) por ação	Preço de exercício (R\$) por ação
1º outorga A	29/07/2005	2,72%	14,87%	-	760	6,61	8,92
1º outorga B	17/10/2005	2,31%	14,19%	-	55	8,05	12,73
2º outorga	01/06/2006	1,21%	14,92%	-	815	16,54	28,58
3º outorga A	30/04/2007	0,95%	10,05%	-	517	15,03	29,01
3º outorga B	15/05/2007	0,89%	9,69%	-	250	16,76	29,83
4º outorga	31/03/2008	2,04%	12,51%	0,16 anos	1.029	20,96	34,25
5º outorga	19/01/2009	2,21%	11,39%	0,98 anos	1.094	12,87	15,15
Outorga contratual	30/03/2009	2,65%	11,02%	1,18 anos	1.822	8,94	14,44
6º outorga A	18/01/2010	3,07%	12,12%	1,99 anos	601	20,55	38,65
6º outorga B	15/03/2010	2,93%	11,51%	2,15 anos	10	21,80	38,97
7º outorga	16/02/2011	3,65%	11,80%	3,09 anos	638	29,84	51,42
8º outorga	06/02/2012	3,37%	10,54%	4,07 anos	716	32,11	55,15
9º outorga	22/02/2013	2,77%	9,05%	5,13 anos	542	32,30	78,06

28 Plano de aposentadoria e pensão

A Companhia não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar ao da previdência social em proveito de seus empregados e administradores.

29 Ônus, garantias e responsabilidades

A Companhia mantém "Financiamentos conta garantida – "Meu Cartão" para financiamento de seus clientes, assumindo na condição de avalista e responsável pela liquidação dos débitos. Os valores destas transações estão registrados na conta de financiamentos – operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam em 31 de dezembro de 2013, R\$ 5.635 na Controladora e R\$ 58.887 no Consolidado (R\$ 1.964 e R\$ 34.355 em 31 de dezembro de 2012, respectivamente), vide nota explicativa nº 15.

A partir de agosto de 2005, a Companhia passou a oferecer aos seus clientes a condição de pagamento com encargos, através da intermediação junto a instituições financeiras (CDCI/Vendor), na qual a Companhia figura como fiadora e principal pagadora, sendo solidariamente responsável por todas as obrigações, principais e acessórias oriundas da operação. Em 31 de dezembro de 2013, o montante a vencer das operações de vendas financiadas garantidas pela Companhia totalizam R\$ 328.345 na Controladora e R\$ 329.295 no Consolidado (R\$ 65.980 e R\$ 66.589 em 31 de dezembro de 2012, respectivamente), vide nota explicativa nº 15.

A partir de Dezembro de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos clientes, através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes. A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes. Os financiamentos concedidos aos clientes nesta modalidade de crédito estão registrados na conta de financiamentos – operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam, em 31 de dezembro de 2013, R\$ 116.678 na Controladora e no Consolidado (R\$ 13.221 em 31 de dezembro de 2012), vide nota explicativa nº 15.

Em abril de 2006, a Companhia e a sua controlada RACC celebraram "Contrato de Convênio Para Concessão de Empréstimos Pessoais" aos clientes Renner junto ao Banco Safra S.A. e, a partir de março de 2010, junto ao Banco Alfa. Como parte da operação, a Lojas Renner S.A. assume junto aos Bancos, na condição de fiador e principal pagador das obrigações, principais e acessórias, contraídas e a serem contraídas pelos clientes Renner nos empréstimos pessoais concedidos com base no contrato. Em 31 de dezembro de 2013, o montante a vencer dos empréstimos pessoais garantidos totaliza R\$ 102.200 (R\$ 84.673 em 31 de dezembro de 2012) no Consolidado, conforme nota explicativa nº 15.

30 Receitas

A receita operacional líquida possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita Operacional Bruta	5.377.720	4.744.759	5.705.530	4.999.995
Vendas de Mercadorias	4.985.730	4.394.234	5.223.008	4.584.540
Produtos e Serviços Financeiros	391.990	350.525	482.522	415.455
(-) Deduções	(1.283.317)	(1.099.345)	(1.335.202)	(1.137.487)
Impostos sobre Vendas de Mercadorias	(1.269.353)	(1.090.840)	(1.309.199)	(1.122.580)
Impostos sobre Produtos e Serv .Financeiros	(13.964)	(8.505)	(26.003)	(14.907)
Receita Operacional Líquida	4.094.403	3.645.414	4.370.328	3.862.508

A Companhia não apresenta saldo de devoluções de vendas, pois de acordo com a sua política de devolução de produto, o cliente recebe no ato da devolução um bônus vale-troca do mesmo valor da mercadoria devolvida para posterior utilização em uma nova compra.

31 Outros resultados operacionais

Apresentamos a composição dos outros resultados operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Remuneração dos administradores	(7.503)	(6.931)	(7.503)	(6.931)
Despesas tributárias	(26.989)	(30.689)	(29.373)	(32.578)
Despesas com produtos/serviços financeiros	(74.425)	(72.406)	(123.398)	(107.775)
Resultado da baixa de ativos fixos	(99)	(312)	(521)	(285)
Depreciação e amortização	(159.542)	(125.774)	(167.437)	(132.949)
Plano de opções de compra de ações	(13.139)	(16.126)	(13.139)	(16.126)
Participação dos administradores	(5.599)	(5.837)	(5.599)	(5.837)
Outras receitas (despesas) operacionais (a)	20.492	(12.600)	20.707	(13.472)
Recuperação de créditos fiscais (b)	10.612	24.053	10.790	24.053
Participação empregados (c)	(33.810)	(27.490)	(34.034)	(27.547)
Outros resultados operacionais	(290.002)	(274.112)	(349.507)	(319.447)

(a) Refere-se principalmente, à reversão de provisão de risco em processo de natureza tributária com decisão administrativa favorável à Companhia.

(b) Refere-se a créditos tributários apurados em trabalhos de revisão fiscal.

(c) Refere-se à despesa com o Programa de Participação nos Resultados, estruturado em conformidade com a Lei 10.101/2000.

32 Resultado financeiro

As receitas financeiras reconhecidas no resultado financeiro são predominantemente derivadas do rendimento auferido nas aplicações financeiras classificadas como "Equivalentes de Caixa", as quais estão sujeitas a taxas usuais de mercado (nota explicativa nº 5) e, portanto se assemelham ao valor justo ou de mercado para os respectivos ativos. As despesas financeiras decorrem principalmente do custo das debêntures, empréstimos e financiamentos a taxas de mercado (nota explicativa nº 13, 14 e 15) e por esta razão se assemelham ao valor justo para instrumentos de prazo e risco semelhantes.

Apresentamos a seguir a composição do resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras	50.057	37.129	52.345	38.985
Rendimentos de caixa e equivalentes de caixa	31.232	24.983	32.551	26.610
Juros recebidos	160	2.936	179	2.937
Variação cambial ativa	11.369	5.149	12.212	5.311
Variação monetária ativa	243	163	244	177
Ganho com operações de hedge liquidadas	1.242	506	1.240	506
Ganho com operações de hedge competência	5.743	-	5.743	-
AVP obrigações de longo prazo	-	3.213	-	3.213
Outras receitas financeiras	68	179	176	231
Despesas financeiras	(115.516)	(84.571)	(120.069)	(89.415)
Juros das debêntures, empréstimos e financiamentos	(78.506)	(49.351)	(79.994)	(50.932)
Juros passivos	(5.429)	(3.094)	(5.527)	(3.377)
Variação cambial passiva	(9.839)	(3.532)	(10.014)	(3.591)
Variação monetária passiva	(3.773)	(7.118)	(4.257)	(8.121)
Perda com operações de hedge liquidadas	(8.167)	-	(8.186)	-
Perda com operações de hedge competência	(2.005)	(5.622)	(2.005)	(5.622)
AVP obrigações de longo prazo	-	(10.146)	-	(10.146)
Outras despesas financeiras	(7.797)	(5.708)	(10.086)	(7.626)
Resultado financeiro líquido	(65.459)	(47.442)	(67.724)	(50.430)

33 Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração (nota explicativa nº 3.1).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações por segmento da Companhia estão segregadas em:

- **Varejo:** comércio de artigos de vestuário (moda feminina, masculina e infantil), perfumaria, cosméticos, produtos de higiene, correlatos, relógios e outros próprios de lojas de departamentos, bem como o segmento de casa & decoração;
- **Produtos financeiros:** serviços financeiros, com operações de intermediações de serviços financeiros com encargos, empréstimos pessoais, títulos de capitalização e corretagem de seguros.

Apresentamos abaixo os resultados por segmento de negócio:

	Varejo		Produtos Financeiros		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional líquida	3.913.809	3.461.960	456.519	400.548	4.370.328	3.862.508
Custos das vendas	(1.850.807)	(1.616.412)	(16.777)	(17.834)	(1.867.584)	(1.634.246)
Lucro bruto	2.063.002	1.845.548	439.742	382.714	2.502.744	2.228.262
Vendas	(1.030.055)	(929.554)	-	-	(1.030.055)	(929.554)
Gerais e administrativas	(330.255)	(293.931)	-	-	(330.255)	(293.931)
Perdas em crédito, líquidas	-	-	(142.489)	(126.080)	(142.489)	(126.080)
Outros resultados operacionais	(39.415)	(56.473)	(123.398)	(107.775)	(162.813)	(164.248)
Resultado gerado pelos segmentos	663.277	565.590	173.855	148.859	837.132	714.449
Informações suplementares						
Depreciação e amortização	(161.825)	(132.580)	(5.612)	(369)	(167.437)	(132.949)

O Resultado do segmento apresentado na tabela acima, não deduz as despesas com depreciações e amortizações, com o plano de opções de compra de ações, com a participação de administradores e com a baixa de ativos fixos. A exclusão destas despesas no cálculo do resultado dos segmentos está em linha com a forma como a administração avalia o desempenho de cada negócio e sua contribuição na geração de caixa da Companhia.

A Companhia não aloca o resultado financeiro por segmento, entendendo que a sua formação está mais relacionada às decisões corporativas de estrutura de capital, do que propriamente a natureza do resultado de cada segmento de negócio.

O somatório dos ativos totais dos segmentos de varejo e produtos financeiros é de R\$ 4.515.524 (R\$ 3.770.028 em 31 de dezembro de 2012), e dos passivos totais é de R\$ 3.022.271 (R\$ 2.464.345 em 31 de dezembro de 2012).

34 Contratos de locação de imóveis de unidades em operação

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía 303 contratos de locação para suas unidades comerciais, de logística e administrativa, sendo 233 contratos referentes à operação da Controladora, 54 contratos referentes à operação da Camicado e 16 contratos referentes à operação da Youcom (em 31 de dezembro de 2012 possuía 222 contratos, sendo 189 à operação da Controladora e 33 referentes à operação da Camicado). A Companhia analisou referidos contratos e concluiu, à exceção do contrato de sua sede administrativa (nota explicativa nº 14) que todos os demais se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas e/ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia pagar o maior valor entre ambos. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel das áreas de logística e administrativa possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel são avaliados e reconhecidos na despesa com base na maturação das lojas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no contexto da Controladora, que inclui a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 24, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 188.560 (R\$ 160.500 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012). O saldo da conta de aluguéis a pagar, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 31.349 (R\$ 29.198 em 31 de dezembro de 2012).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no contexto Consolidado, eliminado a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 24, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 195.893 (R\$ 164.825 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012). O saldo da conta de aluguéis a pagar, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 34.672 (R\$ 31.671 em 31 de dezembro de 2012).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os compromissos futuros, oriundos destes contratos, a valores de 31 de dezembro de 2013 totalizam um montante mínimo de R\$ 1.259.836, assim distribuídos:

	Total	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante
Aluguéis	1.259.836	194.930	181.688	168.504	149.968	134.624	430.122

35 Despesas por natureza

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Custos das vendas de mercadorias, produtos e serviços financeiros	(1.755.136)	(1.543.390)	(1.867.584)	(1.634.246)
Pessoal	(522.005)	(490.017)	(553.400)	(515.678)
Ocupação	(264.105)	(226.493)	(284.183)	(239.986)
Depreciação e amortização	(159.542)	(125.774)	(167.437)	(132.949)
Serviços de terceiros	(120.514)	(95.347)	(128.464)	(103.054)
Utilidades e serviços	(73.797)	(74.560)	(78.395)	(78.501)
Promoções	(128.367)	(126.633)	(134.626)	(131.182)
Perdas em crédito, líquidas	(118.634)	(110.619)	(142.489)	(126.080)
Produtos e serviços financeiros	(74.425)	(72.406)	(123.398)	(107.775)
Outras despesas	(220.883)	(218.507)	(239.914)	(233.807)
Classificadas como:				
Custos das vendas de mercadorias, produtos e serviços financeiros	(1.755.136)	(1.543.390)	(1.867.584)	(1.634.246)
Despesas com vendas	(965.706)	(881.256)	(1.030.055)	(929.554)
Despesas gerais e administrativas	(307.930)	(274.369)	(330.255)	(293.931)
Perdas em crédito, líquidas	(118.634)	(110.619)	(142.489)	(126.080)
Outros resultados operacionais	(290.002)	(274.112)	(349.507)	(319.447)

36 Destinações do lucro

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada na data de 18 de abril de 2013, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 266.551 (R\$ 2,15031 por ação, sendo R\$ 81.400 na forma de juros sobre capital próprio) referente ao exercício de 2012. O pagamento foi efetuado a partir do dia 18 de abril de 2013.

Em 23 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração deliberou sobre a proposição de distribuição de 40% do lucro líquido do exercício de 2013, à título de dividendo e juros sobre o capital próprio, para aprovação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até o mês de abril de 2014.

Juros sobre o capital próprio e dividendos

Os juros sobre capital próprio e dividendos foram calculados como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Lucro líquido do exercício	407.404	355.401
Constituição reserva legal	(20.370)	(17.770)
Lucro líquido ajustado	387.034	337.631
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	96.758	84.408
Dividendo adicional proposto	8.307	100.743
Juros sobre o capital próprio	57.897	81.400
Total dos juros sobre o capital próprio e dividendos	162.962	266.551
% distribuído sobre o lucro líquido	40%	75%

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos a seguir, demonstrativo da distribuição dos juros de capital próprio e dividendos em 2013 e 2012 (Controladora e Consolidado):

	Consolidado					
	2013			2012		
	R\$ / Ação	Ações em circulação	R\$	R\$ / Ação	Ações em circulação	R\$
Juros sobre o capital próprio						
1º trimestre (aprovado em 15/03/2013)	0,1112	124.191	13.810	0,1653	122.821	20.302
2º trimestre (aprovado em 19/06/2013)	0,1143	124.969	14.284	0,1675	123.420	20.673
3º trimestre (aprovado em 18/09/2013)	0,1181	124.979	14.760	0,1621	123.528	20.024
4º trimestre (aprovado em 18/12/2013)	0,1195	125.895	15.043	0,1643	124.170	20.401
Total	0,4631	125.895	57.897	0,6592	124.170	81.400
Dividendos						
4º trimestre (i)	0,83629	125.895	105.285	1,49111	124.170	185.151
Total	0,83629	125.895	105.285	1,49111	124.170	185.151
Total dos juros sobre o capital próprio e dividendos	1,29938	125.895	163.182	2,15031	124.170	266.551

(i) Em adição à parcela de 40% do lucro líquido (R\$ 162.962), estão sendo destinados também R\$ 220 referentes à redistribuição de dividendos prescritos, ajustados à conta de lucros acumulados.

Os juros sobre o capital próprio, originalmente, são registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação dessas demonstrações financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como dividendos pagos e não transitam pelo resultado. Consequentemente, nessas demonstrações, os lançamentos mencionados anteriormente são reclassificados, ou seja, os juros sobre o capital pagos ou a pagar são registrados a débito de lucros acumulados. O valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro e os benefícios tributários oriundos dessa dedução foram de R\$ 19.685 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 27.676 em 31 de dezembro de 2012).

* * *